

ESTADO, CLASSES E ESTRATÉGIAS: NOTAS SOBRE UM DEBATE

Angela Maria Carneiro Araújo *
Jorge Ruben Bitón Tapia **

*Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp

**Professor do Instituto de Economia da Unicamp, falecido em 2009

Para Jorge R. Bitón Tapia
In memoriam

1. POULANTZAS: A ABORDAGEM RELACIONAL NO ESTADO

No seu último livro *O Estado, o Poder, o Socialismo* (EPS), publicado pela primeira vez em 1978, Poulantzas rompe com o estruturalismo althusseriano que marcou seus trabalhos anteriores e adota uma abordagem relacional do poder e do Estado.

Este rompimento significa o abandono da concepção do Estado como exterior às relações econômicas e às classes. Significa também, relativizar o peso explicativo da noção de estrutura e enfatizar as relações, assim como as práticas e lutas de classe pensadas como constitutivas destas relações - sejam elas as relações de produção, o poder ou o Estado, concebidos como uma relação.

Revedo suas posições anteriores, Poulantzas critica a concepção que percebe o econômico, o político e o ideológico como instâncias ou níveis, compostos por uma série de elementos invariantes através de diferentes modos de produção, e possuindo uma essência prévia à sua combinação no interior de cada modo de produção. Rejeita a imagem da base e superestrutura já que a entende como inadequada para representar a articulação da realidade social, dado que ela encerra uma visão da economia “como sendo autorreproduzível, e autorregulável por uma espécie de combinatória interna” entre seus elementos invariantes. Por conseguinte, essa imagem representa uma visão das relações entre o Estado e a base econômica como relações de exterioridade.

Para Poulantzas o espaço das relações de produção e de exploração não pode ser pensado, nem no capitalismo nem nos outros modos de produção, como um nível fechado, autossuficiente e auto reproduzível, pois o Estado, assim como a ideologia, sempre estiveram constitutivamente presentes nas relações de produção e na reprodução destas relações.

Isto significa pensar as relações entre o político, o ideológico e o econômico como dimensões não exteriores umas às outras. Implica conceber um modo de produção não mais como “produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuiria previamente ao se relacionar, uma estrutura intangível”. Implica, sim, concebê-lo como “unidade de um conjunto de determinações econômicas políticas e ideológicas”. Isto não significa a inexistência de determinação, mas significa compreender que é primeiramente o modo de relacionamento entre o econômico, o político e o ideológico que forma cada um destes campos, ou seja, que define seus respectivos elementos e fronteiras. Em cada modo de produção esta articulação se faz a partir do papel determinante das relações de produção.

A determinação do econômico é também requalificada. As relações de produção detêm o papel determinante. Elas traçam o campo do Estado e da ideologia, mas estes, por sua vez, estão presentes na formação e na reprodução daquelas relações. Sob o capitalismo, diz Poulantzas, a estrutura das relações de produção,

que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excedente de trabalho em mais-valia, delimita os espaços relativos à economia e ao Estado e dá lugar, nas relações entre estes dois campos, a uma separação relativa que é a base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista” (POULANTZAS, 1980a: 22).

Esta separação relativa tem um sentido análogo ao da noção de autonomia relativa, empregada em *Poder Político e Classes Sociais* (PPCS). Equivale em um primeiro nível de abstração, à separação institucional das regiões do econômico e do político na matriz estrutural do modo de produção capitalista. No entanto, em EPS, diferentemente de seu trabalho anterior, Poulantzas enfatiza que esta autonomia não implica na exterioridade do Estado em relação à economia. Ao contrário, ela é a forma sob a qual se reveste, no Capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção. As mudanças nas relações Estado/economia nas diferentes fases do capitalismo são, então, pensadas como “formas transformadas”

desta autonomia relativa e da “presença-ação do Estado nas relações de produção” (POULANTZAS, 1980b: 23).

Reafirmar o papel determinante das relações de produção, sob esta perspectiva, significa afirmar o primado das relações de produção sobre o processo de trabalho (forças produtivas), do qual decorre a presença constitutiva das relações políticas e ideológicas no seio das relações de produção. Significa, além disso, pensar as classes sociais como presentes no seio das próprias relações de produção e, em consequência, pensar estas relações como relações de luta e poder.

De acordo com a concepção relacional desenvolvida em EPS, as relações de produção definem lugares de classe, que se traduzem em poderes de classe e “consistem, no seio das relações de produção, em lutas de classe”. (POULANTZAS, 1980a: 32) Isto quer dizer que as relações de produção não têm existência exterior, nem anterior às classes, ao poder e às lutas. As classes sociais não existem objetivamente nas relações econômicas para depois entrar em conflito em outro campo (“classe para si”). Como afirma Poulantzas, de maneira muito próxima à definição thompsoniana das classes, não existem classes anteriores às suas lutas.

Esta ideia implica pensar o processo de produção como “processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica” (POULANTZAS, 1980a: 32). Em decorrência, permite compreender que a presença do Estado nas relações de produção (enquanto campo que encarna, materializa e concentra as relações político-ideológicas) significa sua primeira atuação na formação e reprodução das classes sociais, e assim na luta de classes.

No que se refere à relação entre os poderes, as lutas e o Estado, Poulantzas rompe com a ideia do Estado como o único *locus* do poder afirmando que o poder não se identifica e não se reduz ao Estado. As relações de poder ultrapassam em muito o Estado e isto se dá em dois sentidos: 1º) quando relacionados às classes e às lutas de classe, como é o caso dos poderes nas relações de produção (apesar da presença do Estado nestas relações), que se materializam em aparelhos como as empresas e as fábricas: 2º) as relações de poder ultrapassam o Estado também porque não englobam apenas as relações de classe e podem ultrapassá-las. Isto significa que as classes não constituem terreno exclusivo da constituição do poder, apesar de que, para Poulantzas, nas sociedades de classe todo o “poder possui uma significação de classe”.

Para Poulantzas, se as relações de poder não são redutíveis ao Estado e

sempre ultrapassam seus aparelhos é porque estes poderes têm primazia sobre os aparelhos que os encarnam e, principalmente, sobre o Estado. Isto corresponde na relação luta de classes/instituições à afirmação de que são as lutas que detêm o papel fundamental. Esta afirmação não deve, entretanto, levar a supor que o Estado tem um papel secundário na existência material do poder. Ele detém um papel constitutivo e, portanto, primordial, tanto na formação quanto na reprodução dos poderes de classe e na luta de classes.

No que se refere às relações de poder que ultrapassam as relações de classe, assim como elas não existem fora dos aparelhos específicos que as materializam (casal, família, escola, etc.) também não se afastam totalmente dos aparelhos do Estado. Pois o Estado interfere em todas as relações de poder para lhes conferir pertinência de classe.

Na concepção deste autor, portanto, para se compreender o papel constitutivo do Estado nas relações de produção, na luta de classes e nas relações de poder - de modo a se afastar da corrente que toma o Estado como simples apêndice do poder e das lutas - é necessário ter clareza de que: a)

o poder político, embora fundamentado no poder econômico e nas relações de exploração é primordial na medida em que a sua transformação condiciona toda modificação essencial dos outros campos do poder, embora esta modificação não baste" (POULANTZAS, 1980a: 50)

; b) no modo de produção capitalista, o poder político, apesar das interconexões com outros campos do poder, detém um campo e lugar específicos; c) o Estado é o lugar por excelência onde se concentra este poder; d)

o Estado não é um Estado no sentido único de concentrar o poder fundamentado nas relações de classe, mas também no sentido em que se propaga tendencialmente em todo o poder, apoderando-se dos dispositivos do poder, que, entretanto o suplantam constantemente (POULANTZAS, 1980:50).

Em suma, é central para o enfoque relacional do Estado e do poder a proposição de que as lutas, enquanto campo das relações de poder detêm sempre a primazia sobre os aparelhos e, em decorrência, sobre o Estado. Para Poulantzas, nessas lutas, as relações de produção são determinantes. Mas, como ele mesmo reconhece que as relações de produção são relações de luta e poder, este papel determinante faz com que no essencial existam lutas e que o conjunto das lutas detenha a primazia sobre o Estado.

Esta proposição equivale a dizer que a luta de classe constitui o fator

determinante fundamental do processo histórico. Ela mostra a tentativa de Poulantzas de eliminar o dualismo e a relação de exterioridade entre estruturas e práticas, presentes em seus trabalhos anteriores, que faziam da determinação estrutural uma camisa de força e da “luta de classes como motor da história” uma frase vazia, tornando impossível pensar a transformação das estruturas.

Para alguns comentadores, esta mudança na posição teórica de Poulantzas levou à indeterminação e ao predomínio da contingência, na medida em que a luta de classes passou a deter papel preponderante na sua análise. Para outros, no entanto, como veremos, apesar da ênfase nas relações e nas lutas, em EPS persistem resquícios do estruturalismo e uma certa tensão entre estruturas e práticas, que Poulantzas não consegue resolver satisfatoriamente.

Cabe notar aqui, a influência do pensamento de Foucault sobre esta concepção de poder adotada por Poulantzas no seu último livro. A partir de seus estudos sobre a constituição dos saberes e das instituições que estão na base da medicina, da psiquiatria e do sistema penal moderno, Foucault desenvolve uma concepção relacional e positiva do poder que de certa forma é incorporada por Poulantzas.

A “microfísica” do poder significa para a Foucault que o poder se exerce em diferentes níveis e lugares da rede social, que ele tem existência própria e específica neste nível mais elementar ou molecular da sociedade.

Esta ideia, desenvolvida a partir das análises concretas de Foucault, implicam num rompimento com a concepção do Estado como único *locus* do poder ou como a origem da rede de relações de poder que permeia as sociedades modernas. Para Foucault os micropoderes podem ou não estar integrados ao Estado, mas não podem ser reduzidos a um prolongamento ou manifestação deste, pois na sua especificidade, o ultrapassam e o complementam. O Estado é visto, então, como um instrumento específico de uma rede de poderes que perpassam toda a sociedade, mas não podem ser situados “em nenhum ponto específico da estrutura social” (MACHADO, 1979; FOUCAULT, 1979).

Esta concepção implica em pensar o poder não como uma coisa, uma essência, como algo que se possui, ou que se toma, mas como uma relação: como práticas ou relações de poder. Como diz Foucault:

Dispomos da afirmação de que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e

reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 1979:175).

A relação de poder não é, entretanto, pensada como se houvesse, de um lado, os que possuem poder e, de outro, aqueles que não o possuem ou que dele estão excluídos. O poder funciona como um conjunto de dispositivos ou mecanismos que se disseminam por toda a sociedade, de modo que deles nada nem ninguém escapa. Isto significa que mesmo as lutas ou resistências contra o exercício do poder não lhe são de fato exteriores, ou seja, não podem ser vistas como ocorrendo em um outro lugar, fora dos aparelhos ou instituições onde o poder se cristaliza. Assim, onde há poder há resistência - isto é, "em todos os pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social" (MACHADO, 1979: XVI) - e essa existe sempre dentro da própria teia de poderes que perpassa toda sociedade, como parte da relação de poder.

Esta concepção relacional se completa em Foucault com o desenvolvimento de uma visão positiva do poder. Ao problematizar a questão da mecânica do poder, o seu modo de exercício ou de ação, ele é levado a rejeitar uma concepção negativa, jurídica, do poder que o identifica com o estabelecimento de limites, com a proibição, com o castigo, em suma com a repressão. Para Foucault o poder não se reduz ao seu aspecto repressivo, pois ele é também produtor, transformador:

[...] de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979:8)

Como vimos, partes substanciais destas ideias estão presentes em EPS. Poulantzas incorpora a noção de que o poder não se reduz nem se origina unicamente no Estado e o ultrapassa de muito, a ideia de que o poder é uma relação e deve ser visto como uma situação estratégica das relações de força numa determinada sociedade. Incorpora também a questão da positividade do poder que, como veremos em seguida, ele transfere ao Estado.

Além disso, na discussão sobre a relação entre a materialidade institucional do Estado e o processo de atomização do corpo político, Poulantzas se baseia nas noções foucaultinas de disciplina e de normalização (POULANTZAS, 1980: 70-77).

No entanto, contrariamente à posição de Foucault - para quem o poder

tem uma realidade imanente, não tendo qualquer fundamento fora dele mesmo -, Poulantzas defende que o poder tem seu fundamento nas relações de produção. Ele critica a posição de Foucault por acreditar que ela acaba levando a uma absolutização e essencialização do poder, que o transforma num dos polos da relação poder-resistência. O “polo” poder, sendo o principal e determinante da relação, contamina de modo incontornável quaisquer resistências que, assim, não têm sentido ou, na prática, não têm existência de fato enquanto tal.

Além de reafirmar que o poder tem uma base de classe - apesar de reconhecer que as relações de poder não se reduzem às relações de classe e as ultrapassam -, Poulantzas se distancia de Foucault também porque, ao contrário deste, - que enfatiza as relações moleculares e os micropoderes -, sua preocupação é com o Estado. É do ponto de vista do Estado que Poulantzas analisa a individualização e a constituição política da corporalidade, a relação saber/poder, a questão da positividade do poder e a relação entre os poderes, as lutas e os aparelhos.

Poulantzas, portanto, rejeita o projeto teórico e epistemológico de Foucault e incorpora a parte de sua teoria sobre as técnicas de poder e de suas análises sobre aspectos do Estado que ele considera não incompatível e complementar à análise marxista do Estado Capitalista.

1.1 O papel positivo do Estado

A defesa da concepção de que o Estado tem um papel essencial na constituição e reprodução das relações de produção e das classes sociais e de que ele se envolve diretamente em todas as relações de poder sejam elas classistas ou não, leva Poulantzas a afirmar que este papel positivo do Estado não se limita ao binômio repressão + ideologia.

Esta posição encerra uma crítica à análise dos aparelhos repressivos e dos aparelhos ideológicos de Estado feita por Althusser. Essa análise, de acordo com Poulantzas, apesar de tentar ampliar a noção de Estado não escapa a uma concepção restritiva do seu papel, por entendê-lo como limitado à repressão e à inculcação ideológica. Ou seja, na análise althusseriana a eficácia do Estado estaria naquilo que ele impede, proíbe, exclui ou na sua capacidade de ocultar, enganar e inculcar. Para Poulantzas, através do binômio repressão/ideologia não

é possível compreender as ações econômicas do Estado nem sua função essencial de organizador da unidade e hegemonia da classe dominante e de provedor do substrato material necessário à obtenção do consenso das massas populares - função que ultrapassa tanto o mero emprego da força quanto o mecanismo de ocultamento da ideologia.

O papel do Estado na reprodução da dominação de classe deve ser visto, portanto, como positivo: ele cria, transforma e realiza.

O papel positivo do Estado pode ser percebido, também, na sua relação com a divisão social do trabalho na sua forma capitalista, que tem como um de seus aspectos centrais a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Discutindo a materialidade institucional do Estado capitalista, Poulantzas vai buscar seu fundamento nas relações de produção e na, divisão social do trabalho propriamente capitalistas. Entende que a materialidade institucional do Estado tem como base a separação relativa do Estado e da economia, sob o capitalismo. O fundamento desta separação relativa está na especificidade das relações de produção e da divisão social do trabalho dela decorrente, ou seja, na separação radical do trabalhador de seus meios e objetos de trabalho.

A divisão capitalista do trabalho, em todas as suas formas, é tida como “a condição de possibilidade do Estado moderno”. Mas é principalmente a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual que Poulantzas considera decisiva para se compreender a emergência do Estado como aparelho especial.

A especificidade desta divisão do trabalho no capitalismo tem como um de seus efeitos importantes o desenvolvimento de relações orgânicas entre o trabalho intelectual e a dominação política de classe, ou seja, entre saber e poder. Neste sentido é que esta divisão é decisiva no caso do Estado, pois este encarna no conjunto de seus aparelho (sejam eles econômicos, ideológicos ou repressivos) o trabalho intelectual na sua separação do trabalho manual. O Estado é, portanto, um produto desta divisão do trabalho. Isto se traduz na sua materialidade institucional: é enquanto cristalização do trabalho intelectual que os aparelhos de Estado se afastam do processo de produção. Estes aparelhos - que implicam a efetivação de um saber e de um discurso - estão baseados na exclusão permanente das massas populares, subjugadas indiretamente pelo Estado, enquanto situadas do lado do trabalho manual. É ainda a monopolização do saber pelo Estado que determina suas funções de organização e de direção, funções dadas pela separação

do Estado em relação às massas populares e das quais as massas estão excluídas. A corporificação do trabalho intelectual pelo Estado, de acordo com os comentários de Bob Jessop, proporciona a matriz institucional e ideológica através da qual os intelectuais e funcionários do Estado podem promover a unidade do bloco no poder e assegurar sua hegemonia sobre as classes dominadas (JESSOP, 1985:120).

O Estado, entretanto, não pode ser pensado apenas como um resultado da divisão entre trabalho manual e intelectual porque ele tem aí um papel ativo. Através de aparelhos especiais que intervêm na formação da força de trabalho (escola, família) e do conjunto dos seus aparelhos, ele atua diretamente na reprodução desta divisão no seio das relações de produção e no conjunto da sociedade.

1.2 Autonomia relativa e unidade do Estado na abordagem relacional

Uma das preocupações centrais de Poulantzas no seu último livro era a de compreender a inscrição da luta de classes na materialidade institucional do Estado, para poder explicar as suas transformações históricas.

Esta preocupação, diretamente relacionada com sua concepção da primazia das lutas sobre os aparelhos, levou-o a repensar a natureza da relação do Estado com as classes dominantes, bem como sua relação com os dominados. Apesar de ter rompido com a postura estruturalista, Poulantzas manteve dois conceitos-chaves, desta perspectiva, para a discussão da natureza de classe do Estado: o de autonomia relativa e o de unidade.

Como em PPCS, Poulantzas pensa a autonomia relativa como constitutiva do Estado Capitalista. Em um primeiro nível de análise, este conceito remete à materialidade deste Estado, na sua relação com a divisão social do trabalho (enquanto configuração do trabalho intelectual), na sua separação relativa das relações de produção e à especificidade das classes e de sua luta sob o capitalismo, que esta separação implica.

Num segundo nível de análise (se é que é possível falar em dois níveis de análise no EPS), diretamente imbricado no primeiro, a autonomia relativa remete à positividade da ação do Estado na sua relação com as classes dominantes, mas também com as classes dominadas, ou, em outras palavras, remete ao Estado

pensado enquanto “condensação material de uma relação de forças entre as classes”.

Em relação às classes dominantes, o papel principal do estado é de organização. Ele representa e organiza o interesse político de longo prazo do bloco no poder. Nesta medida, ele constitui a unidade política das classes dominantes e instaura estas classes como classes politicamente dominantes.

Esta função fundamental que concerne ao conjunto dos aparelhos estatais consiste, mais precisamente, na

organização da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes (do bloco no poder - NA), o que se faz sob a hegemonia e direção, neste bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica (POULANTZAS, 1980a: 145).

O Estado desempenha este papel na medida em que detém uma autonomia relativa frente às frações do bloco no poder, mesmo de frações do capital monopolista, na atual fase do capitalismo.

Mas o funcionamento concreto desta autonomia depende também do papel do Estado frente às classes dominadas, que é eminentemente um papel de desorganização. A autonomia relativa é necessária para a organização da hegemonia do conjunto do bloco no poder em relação às classes dominadas. Como parte de sua função de organizar e garantir a hegemonia de uma das frações ou classes dominantes, os aparelhos de Estado estabelecem um jogo de compromissos entre o bloco no poder e certas classes dominadas, que supõe o atendimento de certos interesses específicos destas classes. O Estado, então, impõe ao bloco no poder, ou a uma ou outra de suas frações os compromissos materiais necessários à obtenção do consentimento das massas e à manutenção de sua hegemonia.

É importante notar que em EPS a noção de hegemonia não é em nenhum momento questionada ou rediscutida. A existência de uma fração ou classe hegemônica no Estado Capitalista aparece, ao longo do texto, como um dado ou como suposto. Não se esclarece em que consiste nem como se estabelece essa hegemonia.

Muitas vezes se tem a impressão de que Poulantzas dá como suposto a caracterização, feita em PPCS, do Estado Capitalista como um “Estado com direção hegemônica de classe”. Isto não significa, no entanto, que ele privilegie a hegemonia de classe enquanto direção, liderança, enquanto construção de uma

visão de mundo capaz de unificar e coesionar uma dada sociedade. Isto implicaria na aceitação da ideia de uma classe-sujeito da história, o que este autor rejeita, pois para ele o consentimento dos dominados e a coesão de uma formação social são funções do Estado e são obtidos através de seus mecanismos estruturais.

No livro que estamos examinando, apesar da ênfase nas lutas de classe e na sua primazia sobre o Estado, a noção de hegemonia não é relacionada com as condições históricas, as características das classes e da luta política em cada formação social específica. O que é realçado é o papel do Estado na organização da hegemonia de uma das classes dominantes em relação ao bloco no poder e da hegemonia do conjunto deste bloco frente às classes dominadas. A noção de hegemonia assume, então, o sentido de uma dominância específica de uma das frações dominantes ou do conjunto dos setores dominantes frente aos dominados, e, nesta medida, não é distinguível da forma como se organiza a dominação de classe.

Este significado da hegemonia aparece mais claramente quando Poulantzas analisa o Estatismo Autoritário, como uma forma de Estado correspondente à atual fase do capitalismo nos países avançados.

Nesta análise, a hegemonia da fração monopolista da burguesia parece ser derivada das características da economia e das classes na fase do capitalismo monopolista. Como nos seus trabalhos anteriores, ela aparece aqui praticamente como um equivalente da noção de dominação de classe e, portanto, como uma dimensão estrutural do Estado Capitalista.

É possível concluir, em função do que foi dito, que em EPS a questão da hegemonia permanece à margem da abordagem estratégica e relacional do Estado. O modo como é tratada a relação Estado/hegemonia de classe pode ser vista como uma persistência de um viés estruturalista, que Poulantzas não teria conseguido abandonar por completo.

Voltando à discussão da autonomia relativa, percebemos que ela não é suficiente para se comprovar a natureza de classe do Estado, assim como não o é defini-lo como um Estado com direção hegemônica de classe. Para a comprovação desta natureza é necessário ver como o Estado opera no sentido de produzir políticas que expressam os interesses do bloco burguês no poder. Em outros termos, trata-se de saber como se estabelece a política do Estado a favor da classe ou fração hegemônica.

Respondendo esta questão, Poulantzas enfatiza a necessidade de se abandonar a visão de um Estado monolítico e unitário de cima a baixo. O Estado deve ser visto, no seu entender, como uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Isto significa que o Estado é constituído e dividido de cima a baixo, pelas contradições e pelas lutas de classes. Significa também que o Estado não se reduz à relação de forças, ele apresenta uma opacidade e resistência próprias.

Compreender o Estado como uma condensação material de uma relação de forças, portanto, implica compreender que as contradições de classe constituem o Estado. Implica também compreender a política do Estado como uma resultante destas contradições presentes na própria ossatura institucional do Estado.

Examinando a inserção no seio do Estado das contradições entre frações do bloco no poder, Poulantzas afirma que elas assumem a forma de contradições entre diferentes ramos e aparelhos, bem como entre níveis, setores e escalões de cada um deles. Isto ocorre, segundo este autor, porque cada ramo ou aparelho, ou mesmo cada patamar ou setor de cada um deles, concentra o poder próprio de uma ou outra fração do bloco no poder, ou é o representante privilegiado de uma aliança conflitiva de algumas destas frações contra outras.

Como o Estado não concentra apenas a relação de forças entre os componentes no bloco no poder, mas também a relação de forças entre estes e as classes dominadas, a estrutura material do Estado traduz a presença específica, no seu seio, das classes dominadas e suas lutas. As lutas populares estão, portanto, constitutivamente presentes nas divisões do Estado, elas atravessam os aparelhos estatais de ponta a ponta.

Assim, a organização do conjunto das instituições estatais e a configuração de cada aparelho dependem também da relação de forças entre o bloco no poder e as classes populares, em consequência, depende do papel que devem desempenhar frente a estas classes. Se um determinado aparelho tem, então, papel dominante é porque além de concentrar o poder da fração hegemônica, ele também cristaliza a função político-ideológicas do Estado frente aos dominados.

A presença das classes dominadas no Estado não se dá, no entanto, do mesmo modo que a presença das classes dominantes, pois ela não detém poder próprio no interior do aparelho estatal. Sua inserção se dá sob a forma de focos de oposição ou resistência ao poder das classes dominantes. Como o próprio

arcabouço institucional do Estado mantém e reproduz no seu seio a relação de dominação/subordinação, ele assegura a presença das classes populares no seu seio exatamente enquanto classes dominadas.

Para Poulantzas, além disso, as lutas populares estão presentes nos aparelhos de Estado de forma mediatizada, devido ao seu impacto nas contradições entre as classes/frações do bloco no poder. Os diversos componentes deste bloco têm, portanto, contradições diferentes com as classes dominadas, o que se reflete nas táticas e estratégias políticas divergentes que eles adotam frente a estas classes.

A existência destas divergências constitui um dos fatores fundamentais' de divisão no seio do próprio bloco no poder.

As diferentes frações do capital nunca aderem em bloco e de modo unitário a uma determinada solução política. Pois as contradições entre elas são permanentes e se referem tanto a questões secundárias quanto a grandes opções políticas, como a escolha entre distintas formas de Estado (fascismo, democracia parlamentar, socialdemocracia, etc.) a instaurar frente às massas populares.

O rompimento com a visão do Estado e das classes dominantes como um bloco monolítico e a defesa da concepção de que o Estado é constituído pelas contradições e lutas de classes, sejam elas internas ao bloco no poder ou estabelecidas entre este e as classes dominadas, levam Poulantzas a reconsiderar o papel do pessoal do Estado e a redefinir o conceito de autonomia relativa.

Ele considera que as contradições de classe repercutem no seio do pessoal do Estado. Apesar da ideologia dominante contribuir para unificar as funções dos aparelhos de Estado e de seu pessoal, ela não pode eliminar as divisões e lutas internas que ocorrem no Estado, como um resultado das diferentes filiações de classe do pessoal do Estado e da repercussão no seu seio das contradições do bloco no poder e das lutas populares.

Neste sentido,

mais que com um corpo de funcionários e de pessoal de Estado unitário e cimentado em torno de uma vontade política unívoca, lida-se com feudos, clãs, diferentes facções, em suma com uma multidão de micropolíticas diversificadas" e contraditórias entre si. (POULANTZAS, 1980a: 156)

Quanto à autonomia relativa, Poulantzas enfatiza que ela não pode mais ser considerada como autonomia do Estado frente às frações ou classes dominantes, no sentido da capacidade do Estado de se manter exterior à elas. Esta autonomia

deve, ao contrário, ser entendida como resultante do que ocorre dentro do Estado. Ela se manifesta concretamente pela estratégia específica da presença no Estado das diferentes frações/classes do bloco no poder e pelo jogo de contradições que disso resulta, bem como

pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações consegue introduzir na política estatal, mesmo que sob a forma de medidas negativas: a saber, por meio de oposições e resistências à tomada ou execução efetiva de medidas em favor de outras frações do bloco no poder (POULANTZAS, 1980a: 156).

A autonomia do Estado em relação às frações do bloco no poder é, então, redefinida como a soma das autonomias relativas de cada ramo, aparelho ou rede do Estado em relação aos outros. (JESSOP, 1985: 137)

A concepção de que as contradições e as lutas de classe estão presentes de modo constitutivo no Estado e de que, em decorrência, elas atravessam e dividem o pessoal do Estado, tem como consequência no pensamento de Poulantzas, o reconhecimento de que a política do Estado não consiste na aplicação de um projeto ou estratégia global e coerente, definido no vértice do sistema estatal. Ao contrário, ele afirma o caráter caótico e incoerente desta política que deriva do entrelaçamento de micropolíticas mutuamente contraditórias.

Entretanto, ele não abandona a ideia de vértice, ou seja, de concentração e unidade do poder do Estado, assim como mantém a tese da hegemonia de uma das frações dominantes como fundamental na organização da unidade do conjunto das classes dominantes que compõem o bloco no poder.

Neste sentido, a questão que se coloca a partir desta constatação é de como explicar que desta microdiversidade emergja no longo prazo, uma política global a favor da classe hegemônica.

Poulantzas enfatiza que uma linha geral é imposta às diferentes micropolíticas. Linha geral que corresponde ao estabelecimento pelo Estado do interesse político geral do bloco no poder sob a hegemonia de uma determinada fração do capital monopolista. Esta linha geral emerge como a resultante:

a) de um mecanismo de seletividade estrutural, embutido na matriz institucional do Estado, que consiste “em um conjunto complexo de mecanismos institucionais e práticas políticas que servem para atender (ou obstruir) interesses de determinadas frações ou classes”. Estão incluídos entre estes mecanismos e práticas: a filtragem de informações, uma ausência sistemática de ação em certos assuntos, a definição de prioridades e contra prioridades contraditórias entre si, a implementação desigual de medidas tomadas ou originárias em diferentes ramos ou aparelhos, um conjunto de políticas pontuais e descoordenadas,

relativas a problemas conjunturais específicos que afetam determinados ramos ou setores do sistema estatal; (JESSOP, 1985: 127)

b) do choque ou oposição entre táticas e estratégias específicas. Explicando melhor: de acordo com a interpretação de Jessop, a política geral do Estado, para Poulantzas, não é redutível apenas aos efeitos de um mecanismo institucional de seletividade estrutural, já que ela é sempre a resultante das contradições de classe. Ela não é também redutível à formulação racional de um projeto global e coerente. É, portanto, apenas pela interação entre a matriz institucional do Estado e o conflito entre estratégias divergentes que sua emergência pode ser entendida.

Concluindo estes argumentos, Poulantzas afirma que entender o Estado como condensação material de uma relação de forças significa pensá-lo como um campo e um processo estratégicos, “onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que, ao mesmo tempo, se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros”. Segundo ele, este campo estratégico é transpassado pelas táticas que se corporificam nos aparelhos estatais;

táticas que se entrecruzam, se com batem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama ‘a política’ do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado”. (POULANTZAS, 1980a: 157)

Esta linha de força geral aparece, então, como a resultante de um processo de cálculo estratégico entendido como “coordenação conflitual de micropolíticas e táticas explícitas e divergentes” e não como formulação de uma estratégia ou projeto global.

Apesar de considerar que a política geral do Estado se estabelece por um processo efetivo de contradições entre ramos e aparelhos estatais, Poulantzas afirma que o Estado não é um somatório de peças destacáveis. Ele tem uma unidade de aparelho (que aparece como sua centralização) ligada à unidade do poder do Estado.

Esta unidade é efeito tanto da reprodução da divisão social do trabalho no seio do Estado e de sua separação relativa das relações de produção quanto da predominância da classe hegemônica sobre as outras do bloco no poder. O Estado funciona sob a hegemonia de uma fração de classe, refletindo o fato de que esta

hegemonia é necessária para unificar o bloco no poder frente ao seu inimigo de classe e garantir o seu funcionamento a longo prazo.

Para Poulantzas a unidade institucional do Estado se estabelece pela dominação do aparelho ou setor do Estado que cristaliza os interesses da fração hegemônica. A dominação deste aparelho sobre os outros se configura, de duas maneiras: a fração hegemônica pode estabelecer a dominância do aparelho que já encarna os seus interesses, ou qualquer aparelho/setor já dominante pode ser transformado num centro privilegiado dos interesses desta classe/fração. No entanto, para que se possa esclarecer concretamente esta questão da unidade do Estado, não basta dizer que esta unidade se estabelece através de um aparelho que pode variar ao longo do tempo. Permanece a questão de se saber como se estabelece a hegemonia de uma das frações dominantes.

Para pensar o estabelecimento da unidade de classe do Estado, Poulantzas considera ainda as práticas desenvolvidas pelo aparelho dominante. A unidade do Estado em favor da classe hegemônica vai depender da capacidade do aparelho dominante de deter o poder real independentemente das formalidades legais. O processo de seu estabelecimento pode se dar, então, pelo “deslocamento das funções e esferas de competência entre aparelhos e decalagens constantes entre poder real e poder formal”. (POULANTZAS, 1980a: 158)

Como a unidade institucional e de classe do Estado se reflete na sua política global a favor da fração hegemônica, isto recoloca o problema de como o conflito entre micro políticas divergentes pode culminar na necessidade desta política global. Ou nos termos em que Jessop coloca a questão, como a diversidade no nível da microfísica do poder culmina na macronecessidade de um sistema unificado de dominação burguesa?

De acordo com Poulantzas, o Estado, na sua função de organizador muitas vezes formula e declara abertamente as táticas e estratégias necessárias à reprodução da dominação de classe. No entanto, a estratégia global adequada à esta dominação nem sempre é conhecida previamente no e pelo Estado. Esta estratégia, normalmente, emerge apenas *a posteriori*, como resultado do entrelaço de micropolíticas contraditórias e de projetos políticos formulados em distintos lugares do sistema estatal. Ela não pode, portanto, ser vista como uma formulação racional e coerente de um projeto global e nem sempre é suscetível, segundo o autor, de formulação racional. Ele vai, em consequência, definir o Estado como um campo

estratégico e recorre como diz Jessop (1985: 128), a uma “causalidade estratégica” que explica política do Estado como resultado de “um cálculo estratégico realizado sem um sujeito calculador”. Isto significa ainda segundo este autor, que nenhum poder pode ser exercido nesse campo estratégico sem a definição de interesses e objetivos. No entanto, não é possível dizer que alguma classe, grupo ou indivíduo, decidiu ou escolheu o resultado final da luta entre micropoderes contraditórios.

2. CLAUS OFFE E A ABORDAGEM SISTÊMICA DO ESTADO CAPITALISTA

A produção teórica de Claus Offe sobre o Estado Capitalista tem seguido uma orientação bastante distinta daquela presente na obra de Nicos Poulantzas. Discípulo da Escola de Frankfurt, este autor tem procurado trabalhar mantendo um diálogo permanente com tradições da ciência política não-marxista. Talvez, uma das peculiaridades dos escritos de Offe seja precisamente a sua tentativa explícita de incorporar as contribuições das modernas teorias sistêmicas e organizacionais. Isto, inclusive, tem lhe valido críticas segundo as quais a sua concepção do Estado seria sistêmica e não marxista. De qualquer maneira, a densidade e a importância das contribuições de Claus Offe ao debate contemporâneo sobre o Estado Capitalista são inegáveis.

Este breve comentário sobre esse autor está orientado para a discussão de dois temas privilegiados ao longo do nosso trabalho. O primeiro diz respeito à questão da natureza de classe do Estado Capitalista. Interessa-nos examinar como Offe pensa a relação entre Estado e classes dominantes; como ele tematiza o problema da unidade do poder de Estado e o da sua autonomia relativa. O segundo tema trata do funcionamento do aparelho estatal e de seus limites. A nossa atenção aqui está dirigida para a discussão de um conceito central na obra de Offe: o da seletividade estrutural das instituições estatais. Também a problemática da formação das políticas do Estado será discutida vinculada ao tema da seletividade.

O nosso interesse é confrontar as perspectivas teóricas de Claus Offe e Nicos Poulantzas, no que tange aos temas acima mencionados. Este cotejamento entre os dois autores parece ser um exercício interessante por várias razões. Entre elas gostaríamos de destacar duas. A primeira é que Poulantzas no seu último livro (EPS) utiliza explicitamente o conceito de seletividade estrutural, no esforço

de pensar os mecanismos internos ao funcionamento do Estado, responsáveis pela determinação do conteúdo capitalista das políticas do Estado. No nosso entendimento, esta tentativa de integrar o conceito de seletividade estrutural numa concepção relacional do Poder e do Estado, como faz Poulantzas, é bastante problemática. Como veremos a seguir, esta integração não está isenta de dificuldades, apresentando até alguma inconsistência. Uma segunda razão prende-se à sugestão encontrada em alguns comentadores - (por exemplo, Carnoy, 1986) -, de uma convergência conceitual entre estes autores, a partir do último trabalho de Poulantzas.

2.1 A Determinação de Classe do Estado Capitalista

Uma das questões comuns às mais diversas correntes marxistas que tem se ocupado da problemática do Estado Capitalista é: como se garante que o Estado representa efetivamente os interesses da classe capitalista? Os autores marxistas divergem em relação a resposta a esta indagação. Um exemplo disto é o clássico debate entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, que exprime, de alguma maneira, distintas visões sobre o que é o Estado Capitalista e o modo como ele representa os interesses das classes dominantes.

Precisamente, Claus Offe parte da crítica de posições presentes no debate Miliband- Poulantzas, ao questionar a consistência das teorias da “influência” (Miliband) e as teorias dos “constrangimentos” ou “fatores limitativos” (Poulantzas). As teorias da “influência” (Offe se refere tanto a autores marxistas como pluralistas) seriam aquelas que têm uma visão instrumentalista do Estado, atribuindo o seu caráter de classe à influência exercida diretamente pelos interesses capitalistas dentro do aparelho estatal.

As teorias dos “constrangimentos” procuram explicar a natureza classista do Estado a partir dos limites impostos à ação do Estado que o impediriam de expressar qualquer interesse não-capitalista.

A crítica de Offe às duas correntes é que ambas supõem, de alguma maneira, que as políticas do Estado são determinadas externamente a ele. Nas suas palavras, elas “teriam o mesmo pressuposto implícito: a neutralidade do aparelho estatal, visto como um instrumento que, segundo a sua estrutura interna, poderia

em princípio ser utilizado para a realização de outros interesses”. (CLAUS OFFE, 1984:142) Estas teorias seriam inadequadas para mostrar a necessidade estrutural da defesa pelo Estado dos interesses capitalistas, porque se limitam a uma análise da determinação externa ao Estado.

Segundo Offe, podem ser apresentadas duas objeções aos argumentos utilizados pelas teorias da “influência” e dos “constrangimentos” para demonstrar o caráter de classe da dominação política. A primeira é a confusão entre grupos de interesse empíricos e o conceito de interesse de classe. A segunda seria o mecanicismo dos conceitos de poder e influência presentes nestas análises.

Quanto à primeira objeção, Offe considera problemática a identificação proposta entre dominação política e dominação de classe. Aceitar tal hipótese argumenta Offe, significa atribuir aos interesses particulares e às suas respectivas estratégias um papel de instrumento de classe. A confirmação desta proposição implica na necessidade de demonstrar que os interesses particulares são interesses de classe. Para tanto precisamos de um conceito de interesse de classe. Este por sua vez supõe um nível de racionalidade capaz de criar “um conceito isento de coincidências e divergências situacionais e particulares” (OFFE, 1984:143). Entretanto, segundo Offe, há três razões que tornam improvável a emergência de tal expressão racional dos interesses. Em primeiro lugar, as características anárquicas da produção capitalista e a competição entre as unidades de capital dificultam a possibilidade de percepção de uma comunidade de interesses entre elas. Em segundo lugar, outro fator limitante da racionalidade capitalista é a dimensão temporal. O papel coercitivo da concorrência capitalista nos mercados nacional e internacional obriga as empresas a adotarem movimentos adaptativos anárquicos e bloqueiam as orientações estratégicas de longo-prazo. Finalmente, há uma série de temas políticos que estão fora do horizonte de competência e interesses das unidades de capital.

Offe apresenta como hipótese alternativa para pensar a determinação de classe da dominação política o seguinte enunciado:

o interesse comum da classe dominante se expressa, da forma mais exata, naquelas estratégias legislativas e administrativas do aparelho estatal, que não são desencadeadas por interesses articulados, ou seja, de fora, mas que brotam das próprias rotinas e estruturas formais das organizações estatais”. (OFFE, 1984: 145)

Assim, naquelas situações onde prevalecessem articulações políticas de

tipo pluralista, haveria uma maior probabilidade de que os interesses globais de classe viessem a ser neutralizados pelo predomínio de interesses particularistas.

Para Offe, então, o predomínio de mecanismos pluralistas de articulação de demandas pode acarretar problemas para que o Estado possa desempenhar o papel de organizador do interesse geral das classes dominantes.

A segunda objeção dirigida às teorias da “influência” e dos “fatores limitativos” é quanto a impossibilidade de construir um conceito adequado de poder partindo da observação da existência de relações recorrentes de influência dentro do Estado. O conceito de poder é uma categoria relacional e supõe a existência de uma relação de complementariedade entre dois elementos. Para Offe, existe poder numa relação quando alguém de acordo com a sua estrutura cede ao exercício do poder de outro, relacionando-se com este e autorizando-o a exercê-lo. Qualquer outra situação envolveria somente o exercício da violência física.

Portanto, diz Offe, só há relação de poder entre duas estruturas parciais se houver um mínimo de complementariedade ou reciprocidade entre elas. Assim, o caráter de classe do Estado só pode ser demonstrado pela explicitação de analogias estruturais entre o Estado e a economia capitalista.

Segundo Offe, o Estado capitalista é uma forma organizacional do poder público em sua relação com a produção material. Ele se caracteriza por quatro determinações funcionais:

- a) Privatização da produção - o poder público está estruturalmente impedido de organizar a produção material segundo seus critérios;
- b) Dependência de impostos - o poder público depende indiretamente, via tributação, do volume da acumulação privada. O poder dos detentores de posições de mando num Estado Capitalista depende do volume da acumulação privada;
- c) Acumulação como ponto de referência - como o poder estatal depende do processo de acumulação capitalista, a realização do seu auto-interesse (a manutenção do seu poder) faz com que seja do seu interesse criar as condições políticas favoráveis a acumulação de capitais;

d) Legitimidade democrática - o Estado não possui uma base própria de poder, este se origina de algum mandato concedido através de escolha popular (eleições). Este fato oculta um aspecto crucial, o poder de Estado é determinado pelo volume de recursos materiais de que dispõe. Portanto, os únicos recursos que garantem a efetividade do poder de Estado vêm da acumulação capitalista.

Em suma, o poder político do Estado Capitalista está sujeito a uma dupla determinação: segundo a sua forma institucional, ele é determinado pelas regras do jogo democrático-representativo, pelo seu conteúdo é determinado pelos requisitos e desenvolvimento da acumulação capitalista.

O conceito de Estado Capitalista elaborado por Offe se constrói, então, a partir de suas relações de complementariedade e subordinação em relação à acumulação de capital. Por sua vez, o conceito de Estado em Poulantzas (EPS) se constrói a partir do campo da luta de classes, mais precisamente, como expressão material das relações antagonicas entre as classes. O Estado na visão de Offe não está referido ao campo da luta de classes, tampouco é expressão material das relações entre pias. Ele é uma organização burocrático-administrativa regida por um conjunto de normas próprias adequadas à condição de instituição de dominação política, que mantém laços de complementariedade e dependência com a acumulação privada. A unidade do poder de Estado está referida a compatibilidade das suas quatro determinações funcionais. É a coerência interna, sistêmica, do aparelho de estado enquanto instituição com regras próprias de funcionamento que garante a sua unidade. Ela não está referida diretamente a nenhum tipo de relação com as classes sociais. Da mesma forma, a autonomia relativa do Estado não parece nascer de nenhuma função organizativa da dominação, mas de seus requisitos funcionais e do fato de ser uma estrutura burocrático-administrativa específica.

Enquanto isso, Poulantzas vê o Estado como um campo estratégico de relações de classe, que exprime a presença constitutiva das classes dentro dele. Offe e Poulantzas, também discordam, em parte, quanto à explicação da natureza de classe do Estado. Offe sustenta que a presença dos interesses de classe ou a identificação da influência destes, nas políticas do Estado, não é suficiente para demonstrar o caráter de classe do Estado. É preciso demonstrar como as condições de operação internas ao Estado leva ao privilegiamento dos interesses

da acumulação capitalista. Ao passo que, mesmo concordando com a necessidade de demonstrar a natureza de classe levando em conta as condições de operação internas do Estado, Poulantzas explica o caráter de classe pela presença constitutiva do Estado na formação das classes e pela função de organizador da dominação e da hegemonia das classes dominantes sobre as classes dominadas.

Voltando às elaborações de Offe, as políticas do Estado são o conjunto de estratégias mediante as quais se cria permanentemente as condições de compatibilidade das suas quatro determinações funcionais. Segundo Offe, existe uma única estratégia geral capaz de assegurar a compatibilidade entre os requisitos funcionais do Estado, que consiste na criação de condições políticas capazes de permitir a incorporação dos indivíduos às relações de troca. Assim, a estratégia geral que serve de referência no exame das estratégias individuais do Estado, assim como das contradições decorrentes da sua implementação, é aquela que persegue o estabelecimento e universalização da forma- mercadoria.

Um aspecto essencial na compreensão da ação e limites do Estado é a sua dependência da acumulação privada. É precisamente esta complementariedade e subordinação frente à acumulação capitalista que caracteriza o Estado como capitalista. Por isso mesmo o seu funcionamento (isto é, a compatibilidade de seus requisitos funcionais), depende do desempenho da economia capitalista. Da mesma maneira, o funcionamento do Estado torna-se problemático toda vez que há uma paralisia das relações de troca. Como a dinâmica da economia capitalista é cíclica, as flutuações e as crises são iminentes à sua lógica de funcionamento. Dada a inexistência de mecanismos automáticos de “recuperação econômica”, é o Estado que intervém na economia visando restabelecer às condições de retomada da acumulação capitalista.

O Estado, ao adotar várias estratégias particulares para produzir e universalizar a forma-mercadoria está procurando equacionar o problema de compatibilidade das suas quatro determinações funcionais e é nesta medida que protege o interesse de todas as classes (no restabelecimento das relações de troca). A sua intervenção no processo de acumulação não atende aos interesses ou corresponde à influência das unidades de capital individuais, tampouco a uma ação conjunta do conjunto do capital (cuja possibilidade de ocorrência empírica é bastante improvável pelas razões expostas anteriormente), mas sim a realização do seu autointeresse. Este pode ser definido como a busca de condições que

permitam a compatibilidade das suas quatro determinações funcionais, pois é dela que depende a sua reprodução e sobrevivência como instituição.

Noutras palavras, é a dependência estrutural do Estado da acumulação capitalista e não a sua vinculação ou conluio com esta ou aquela fração ou bloco de capital, que explica as políticas do Estado voltadas para a regeneração das condições de operação da economia capitalista.

O Estado Capitalista sistematicamente lança mão de diferentes estratégias visando neutralizar a tendência à paralisia das relações de troca. A estratégia geral utilizada pelo Estado é a da “reincorporação administrativa à forma-mercadoria”, que consiste na criação de condições para viabilizar as relações de troca.

Esta estratégia assume especialmente três formas particulares:

- A ampliação da capacidade de troca da força de trabalho (por exemplo: programas de formação profissional, educação, etc.);
- Ampliação da capacidade de troca de bens de capital (por exemplo: programas de pesquisa e desenvolvimento, integração de mercados supranacionais, etc.);
- Saneamento passivo de forma planejada dos setores industriais pouco competitivos pela sua exposição às pressões da concorrência e da modernização.

Os principais instrumentos utilizados na implementação desta estratégia de “reincorporação administrativa à forma-mercadoria” são os seguintes:

1) Ordens e Proibições Legais (que procuram proteger geralmente “a parte mais fraca”, evitando uma regressão das relações de troca à uma situação de violência aberta) e a criação de incentivos financeiros para estimular comportamentos competitivos;

2) Investimentos estatais em infra-estruturas (escolas, transportes, energia), para possibilitar aos proprietários de mercadorias (capitalistas e trabalhadores) que estabeleçam relações troca;

3) Tentativas de impor uma modalidade de tomada de decisões que permita

a certos grupos localizados fora do processo de troca negociarem suas condições, passando assim a se constituírem em participantes legítimos do jogo político.

Estas estratégias político-administrativas de garantir a estabilidade da forma-mercadoria, isto é, da economia capitalista, acabam na sua implementação gerando contradições estruturais (econômicas, políticas e ideológicas) na sociedade capitalista.

Do ponto de vista econômico, estas iniciativas de direcionamento ao procurarem conservar e ampliar as relações de troca produzem ameaças à continuidade das mesmas. Paradoxalmente, na medida em que são exitosas, as estratégias de “reincorporação administrativa à forma-mercadoria” penalizam certas empresas ou unidades de capital e aumentam as possibilidades de interrupção das relações de troca. Já que na sociedade capitalista as relações de troca dependem da disposição do detentor de capital-dinheiro de convertê-lo em capital variável. Então, a intervenção estatal buscando manter e ampliar as trocas produz um efeito “inesperado” e “indesejado”, afetando negativamente os interesses das unidades de capital ao impor restrições à disponibilidade de capital-dinheiro e de uso da força de trabalho.

Por estas razões, as políticas reformistas do Estado esbarram frequentemente na resistência das organizações capitalistas. Estes conflitos engendrados pela intervenção do Estado, entre os resultados das políticas reformistas e os interesses de classe do capital, tornam-se efetivos pela ação de forças políticas que passam a defender as políticas do Estado contra a obstrução feita pelos capitalistas.

Para Offe, os conflitos entre as políticas reformistas do Estado e os interesses do capital mostram o exagero e a imprecisão de certas formulações marxistas, que estabelecem uma conexão direta e necessária entre as políticas do Estado e os interesses do capital.

Uma segunda contradição de natureza política ocorre no interior das estruturas organizacionais de poder engendradas no bojo das políticas reformistas. As estratégias reformistas promovem o crescimento de um conjunto de atividades não-dirigidas para a produção de mercadorias para o mercado e sim voltadas para a produção de bens e serviços com valores de uso (os professores ensinam habilidades aos estudantes; essas “skills” vão aumentar as possibilidades de troca desta força de trabalho, mas em si, elas tem um valor de uso apenas), cuja lógica

de funcionamento supera os limites da forma-mercadoria.

Desta maneira, os esforços políticos em manter as condições adequadas para a continuidade do processo de valorização geram uma contradição estrutural ao estimularem o crescimento de setores dentro do Estado cujos princípios de organização interna fogem ao âmbito das relações de troca. Estes setores organizados segundo critérios distintos daqueles vigentes nas relações de troca no mercado constituem fontes potenciais de conflito e contestação do capitalismo. O avanço das atividades organizadas segundo critérios políticos levam à erosão das relações de troca dentro das próprias relações de produção capitalistas.

A terceira contradição produzida pelas políticas reformistas afeta a estrutura ideológica do capitalismo. Ao organizarem as relações de troca a partir de critérios político-administrativos, as políticas reformistas minam duas normas básicas, subjacentes às relações de troca. De um lado, a crença que as oportunidades oferecidas pelas relações de troca são os meios mais eficazes para promover a melhoria das condições de vida dos indivíduos. De outro, aceitar como destino individual inevitável os resultados materiais objetivos das relações de troca. Estas normas são colocadas em xeque, na medida em que as políticas reformistas indicam a existência de uma espécie de dupla determinação das relações de troca: em parte determinadas por medidas político-administrativas tomadas pelo Estado, em parte determinadas pelas estratégias individuais e contingentes das relações de troca.

O resultado destas contradições ideológicas é o enfraquecimento da base normativa do capitalismo, provocado pelas estratégias político administrativas do Estado Capitalista que buscam combater a tendência cíclica à crise da economia de mercado.

Para Offe, as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo se expressam no crescente conflito entre as duas lógicas diferentes de organização e operação das relações de troca: de um lado, os princípios político-organizativos colocados em prática pelo Estado na tentativa de combater as crises capitalistas. De outro, os princípios baseados na propriedade privada que organizam a economia capitalista.

Quanto ao primeiro aspecto, as dificuldades crescentes de operação da economia capitalista demandam a intervenção do Estado. Mas, como este opera com uma lógica distinta, o crescimento do papel do Estado amplia o rol de atividades que fogem ao controle da forma-mercadoria. É como se quanto mais o

Estado fosse impelido a intervir por meios político-administrativos (buscando o seu autointeresse) para solucionar as “disfunções” da acumulação capitalista, mais se aguçassem as contradições estruturais.

Aparentemente, parece haver uma inconsistência na elaboração de Offe. Se o Estado Capitalista é uma instituição subordinada e complementar à acumulação privada, como as suas regras de operação geram contradições estruturais? Na verdade, os conflitos potenciais entre as regras de operação do Estado e da economia privada só adquirem concretude pela ação política organizada de forças políticas anticapitalistas, que aproveitam os conflitos e buscam a construção de uma alternativa socialista. O próprio Offe sublinha o papel da ação política no alargamento e aprofundamento das contradições estruturais. Por outro lado, ele insiste que esses conflitos podem ser teoricamente compatibilizados no longo prazo. Portanto, rigorosamente, não se pode dizer que as lógicas do Estado e das empresas sejam incompatíveis. A aparente incompatibilidade entre elas é resultado das lutas políticas dirigidas por grupos que contestam a legitimidade dos princípios capitalistas de organização da sociedade.

Quanto à impossibilidade do Estado organizar a economia a partir de critérios político-administrativos, o avanço da regulação estatal coloca com frequência estes limites estruturais. A explicitação destes limites revela a existência de problemas potenciais ligados à possibilidade de compatibilizar as suas quatro determinações funcionais. A análise de Offe parece sugerir que o autointeresse do Estado começa a esbarrar nos limites estruturais impostos pela acumulação capitalista. Uma questão interessante que mereceria ser explorada é: quais as implicações, do ponto de vista da luta política e da relação entre Estado e as classes dominantes, desta tensão entre as possibilidades de avanço da organização do capitalismo através de critérios políticos e a reiteração da natureza privada da economia capitalista.

Em síntese, o aguçamento das contradições no capitalismo tardio é explicado pelas discrepâncias engendradas pela convivência crescentemente difícil de duas lógicas ou conjunto de regras de organização das relações de troca. Na concepção de Offe, o Estado não é neutro, tampouco uma criatura do capital, é uma instituição burocrática estruturalmente dependente da acumulação de capital, que por isso só realiza o seu interesse promovendo as condições necessárias para a realização do processo de valorização. Contudo, as reiteradas intervenções político-

administrativas geram choques e contradições com os interesses capitalistas, abrindo espaço político para o acirramento das contradições do capitalismo graças à ação das forças anticapitalistas. A luta de classes potencializa as contradições estruturais, que são engendradas pelos conflitos entre duas formas distintas de racionalidade.

2.2 A Seletividade Estrutural e a Formação de Políticas no Estado Capitalista

Como vimos, a questão relevante na tentativa de fundamentação teórica da natureza de classe do Estado é a seguinte: quais são os mecanismos internos ao aparelho de Estado que garantem o seu caráter de classe? As teorias da “influência” e as dos “fatores limitativos” seriam insuficientes porque não responderiam adequadamente esta questão.

No encaminhamento da resposta à sua indagação, Claus Offe elabora o conceito de seletividade estrutural. Nele estaria a chave para responder à seguinte questão: “Qual seria a estrutura interna do sistema político capaz de garantir a concretização de iniciativas e da integração dos interesses resultantes do processo de valorização” (OFFE, 1984: 146). O próprio conceito de Estado Capitalista, para ser consistente, depende da demonstração de que a lógica de funcionamento das instituições estatais possui na sua própria estrutura uma seletividade classista correspondente aos interesses da acumulação capitalista.

Aqui a comparação com Poulantzas pode ser esclarecedora, Para este autor, a seletividade estrutural está associada à própria natureza capitalista da ossatura material do Estado. Para Poulantzas, os mecanismos de seletividade estrutural são expressão das relações de dominação de classe inscritas no próprio “código genético” do Estado, enquanto para Offe eles exprimem um conjunto de regras institucionais intrínsecas ao Estado, entendido como aparelho burocrático administrativo.

Voltando à formulação de Offe, o conceito de seletividade estrutural indica um “processo de seleção”, isto é, “um gerador de eventos”. Assim, a seletividade estrutural abrange um conjunto de regras de exclusão institucional. A idéia da existência de regras de exclusão coloca a necessidade de conceituar-se o que é excluído. Deste modo, a seletividade estrutural tem como objeto os chamados

“não acontecimentos”, classificados em três grupos:

- Sócio- Estruturais - são aqueles cuja impossibilidade deriva de características estruturais anteriores do sistema e das premissas históricas ao qual o sistema político está subordinado;
- Acontecimentos Acidentais - são os que se tomam impossíveis, mas que poderiam ter sido realizados, sem afetar as estruturas e regras do sistema político;
- Acontecimentos Sistêmicos - são as operações intermediárias (seletividade intermediária) entre os casos a e b. Offe chama-os de sistêmicos porque são impostos imediatamente pelas estruturas e processos organizacionais e porque sua explicação pode prescindir da referência a tais processos.

Segundo Offe, a estrutura interna do sistema de instituições políticas precisa conter dois critérios de “seleção de interesses”: a seletividade positiva e a seletividade negativa. A seletividade positiva permite ao Estado organizar a dominação política como dominação de classe, através da decantação de um “interesse global de classe”, a partir dos interesses efêmeros, contraditórios e imperfeitamente formulados pela política pluralista. Esta decantação significa selecionar os interesses compatíveis com os interesses globais da acumulação capitalista e favorecer a sua articulação. O conjunto de regras que compõem a seletividade positiva tem a função de organizar a dominação de classe, na medida em que destila um interesse global do capital, mesmo contra a resistência de blocos e unidades de capital. Cabe uma pergunta: o que são os interesses globais do capital? Do que se depreende do texto de Offe, são aqueles que permitem ao processo de valorização transcorrer sem problemas. Estamos inclinados a pensar que esses são uma “idealização” e que o Estado procura permanentemente, por meio dos processos seletivos concretos, dar uma resposta aproximada ao que seria “o conjunto dos interesses globais do capital”. Neste sentido, para o autor, esses interesses funcionam como uma referência ideal, servindo de parâmetro para a ação estatal. Caso contrário, seria preciso ver o Estado como expressão da meta-racionalidade capitalista, o que seria difícil conciliar com a hipótese da

subordinação e limitação estrutural do Estado à lógica da acumulação.

O Estado Capitalista precisa também de um processo seletivo negativo para proteger os interesses do capital do conjunto de interesses e conflitos anticapitalistas. A seletividade negativa significa “a imposição autoritária de um interesse de classe”. Esta seletividade visa permitir ao Estado defender política e repressivamente o conjunto de interesses que constituiu através da seletividade positiva, dando-lhes oportunidades privilegiadas de realização. Nesse caso, as regras são apenas de exclusão e repressão dos interesses anticapitalistas.

As regras de exclusão - a seletividade negativa - podem ser representadas como um sistema de filtros que dão peso específico aos processos político-administrativos vinculados aos interesses de classe. É pela operação de uma racionalidade estratégica e objetiva, assegurada pela estrutura interna do sistema político e pela sua instrumentalização, que se manifesta a natureza de classe do Estado.

Offe identifica quatro níveis onde operam os mecanismos da seletividade negativa: estrutura, ideologia, processo e repressão. No seu funcionamento, eles funcionam como filtros cujas operações são determinadas cumulativamente, ou seja, cada nível exclui possibilidades mesmo que tenham sido filtradas por níveis anteriores.

Os mecanismos estruturais de seleção correspondem ao amplo raio de ação do Estado fixado por regras jurídicas, que determinam as matérias e fatos que podem se tornar políticas estatais. O exemplo dado por Offe é o da presença do direito de propriedade entre os direitos individuais nas sociedades democráticas, que exclui um conjunto de políticas anticapitalistas do horizonte da ação do Estado. Os mecanismos ideológicos significam a existência de um sistema de normas ideológicas que restringe o espaço de possibilidades de acontecimentos políticos. Eles promovem “a percepção e articulação seletiva de problemas e conflitos sociais”. O espaço de possibilidades de ocorrência, de acontecimentos políticos é delimitado pela estrutura das organizações, as quais são limitadas pelo sistema ideológico. Um outro mecanismo de filtragem é o dos procedimentos institucionalizados de formulação e implementação de políticas. Nas suas mais variadas formas, assessorias parlamentares, planejamento, barganhas coletivas, etc. dão maiores probabilidades de realização a certos interesses em detrimento de outros. Esta seleção via formalismos processuais, corresponderia, segundo Offe,

ao modelo de “non-decision” de Bachrach e Baratz. O último nível de restrição do espaço de ocorrência de eventos políticos é o da repressão. Este significa a possibilidade de aplicação ou ameaça de atos repressivos pelos organismos estatais incumbidos de tais função.

O próprio Offe admite que a identificação de uma seletividade geral das instituições políticas é ainda insuficiente para demonstrar a sua correspondência com os interesses de classe. Seria preciso estudar as possibilidades excluídas. Só com um conceito capaz de apreender o conjunto dos “não-acontecimentos” seria possível demonstrar a existência da seletividade estrutural. A utilização do conceito de seletividade precisaria indicar os fenômenos e acontecimentos que foram excluídos, só assim as regras de exclusão tornar-se-iam visíveis.

Infelizmente, diz Offe, há uma dificuldade de ordem empírico-metodológica: é muito difícil estudar as possibilidades excluídas. Isto coloca sérios problemas de operacionalização do conceito de seletividade estrutural. Diante disso, a solução de Offe é deslocar o foco da análise da seletividade estrutural do Estado para os períodos de crise. Nestes, supostamente, os mecanismos seletivos se desarticulam e o Estado é obrigado a se utilizar dos meios de repressão para assegurar a dominação de classe.

Portanto, a conclusão de Offe é que quando o Estado está funcionando normalmente é impossível identificar o caráter de classe do Estado. Certamente, adotando-se outras teorias como a da “influência” é possível dizer quais os interesses de classe é favorecido pelas políticas do Estado. Entretanto, persistiriam os problemas de fundamentação teórica para demonstrar como os mecanismos estruturais do Estado produzem e promovem os interesses de classe.

As dificuldades de demonstração de como funcionam os mecanismos seletivos estão relacionadas a uma característica particular do Estado Capitalista: ele, nas suas estruturas internas, procura dissimular a sua natureza de classe. Nas palavras de Offe, “(...) a dominação política em sociedades industriais capitalistas é o método da dominação de classes que não se revela enquanto tal” (OFFE,1984: 162).

O problema estrutural do Estado Capitalista é a sua necessidade de reafirmar a sua natureza de classe negando-a. Ele precisa “praticar e tornar invisível o seu caráter de classe”. Por isso, as operações de seleção, de coordenação e repressão precisam ser desmentidas por uma terceira categoria de operações seletivas de

caráter ocultador. As regras de seleção de ocultação da dominação de classe são aquelas que favorecem o conjunto dos interesses da acumulação capitalista em detrimento dos interesses particulares, localistas, etc. Offe chama esta seletividade de “divergente” porque segue direções opostas, ao mesmo tempo se apresentam como neutras e excluem os interesses anticapitalistas.

O Estado utiliza basicamente duas estratégias para conciliar os seus elementos constitutivos: as alocativas e as produtivas, As políticas alocativas são aquelas onde o Estado coordena e regula a alocação dos recursos existentes. Os recursos e os poderes pertencem ao Estado, sendo o poder político o critério determinante da alocação. As normas de decisão, neste caso, derivam diretamente da política, isto é, as diretrizes surgem do próprio processo político.

As políticas produtivas são aquelas voltadas para a produção de bens e serviços requeridos pelo processo de acumulação. Estas políticas - ao contrário das alocativas - exigem algum ingresso físico para manter a produção. Estas atividades são formas de atendimento das necessidades do processo de acumulação, que estão fora do alcance das unidades individuais do capital. Do ponto de vista da sua operação, as políticas produtivas são problemáticas, Dada a sua natureza antecipatória e corretiva exigem normas de decisão não-rotineiras, com boa capacidade de previsibilidade. Acontece que as normas burocráticas típicas do Estado são eficazes na operação das políticas alocativas, mas são inadequadas para “operar” as produtivas.

Estabelece-se, assim um conflito não equacionado entre a necessidade de políticas produtivas para fazer frente às vicissitudes da acumulação capitalista, que colocam a necessidade de maior racionalidade no processo de acumulação e os limites estruturais impostos à ação do Estado por sua lógica interna de funcionamento.

Autores como Gold, Lo e Wright (1985) falam de uma contradição cada vez maior entre o novo papel do Estado no processo de acumulação, que exige um compromisso racional nas atividades de produção, e as estruturas internas do Estado que determinam a sua natureza de classe.

Em síntese, as contradições internas do Estado Capitalista expressariam a convivência conflitiva de duas lógicas ou sistemas de normas divergentes, responsáveis pelos problemas crescentes de compatibilidade das tarefas de acumulação e legitimação.

Desta forma, essas contradições ameaçam a efetividade das políticas do Estado em benefício do conjunto dos interesses da classe capitalista. O próprio desempenho pelo Estado das suas funções de um Estado de classe torna-se problemático.

No seu último trabalho (EPS), Poulantzas incorpora o mecanismo da seletividade estrutural na sua explicação sobre a natureza capitalista do Estado e o processo de formulação de políticas.

Neste sentido, este conceito aparece referido a dois níveis de análise do Estado Capitalista. Num primeiro, mais estrutural, a seletividade é remetida à própria divisão de trabalho social no interior do aparelho de estado, ou seja, às relações de classe que o atravessam. Num segundo, a seletividade aparece associada ao nível das práticas de classe. Neste plano, ela permitiria explicar o funcionamento do Estado Capitalista, isto é, os mecanismos pelos quais se formulam e implementam as políticas favoráveis às classes dominantes.

No plano estrutural, Poulantzas recorre a este conceito para explicar a sua proposição de que a dominação está inscrita na estrutura material do Estado. Ele insiste que o conceito do Estado como condensação material de uma relação de forças entre classes, implica numa ossatura própria do Estado irreduzível às relações de classe e que a dominação está inscrita na própria estrutura ou materialidade deste.

Enquanto isso, no plano das práticas o conceito de seletividade estrutural explicaria o funcionamento concreto do aparelho estatal. Noutras palavras, como ele consegue destilar um interesse de classe, a despeito das contradições que o atravessam e do movimento à primeira vista caótico das agências estatais, que permite a manutenção da dominação de classe. Apesar da proximidade entre as preocupações teóricas presentes nos trabalhos de Offe e do último Poulantzas, persistem significativas diferenças entre estes autores.

Para Offe, a seletividade estrutural é uma “espécie de código genético” de classe que opera dentro de uma lógica sistêmica de organização/exclusão de interesses. Ela é uma “salvaguarda interna” ao aparelho de Estado que assegura a dominação de classe. Na concepção de Offe, as classes não são constitutivas da estrutura estatal. Assim, ele não é atravessado por conflitos e contradições de classes, as suas condições de operação não são bloqueadas pela ação das classes. São os limites impostos pela sua dependência da acumulação privada e as dificuldades

de conciliar a sua lógica burocrático-administrativa com as necessidades de intervenção na economia capitalista, que geram dificuldades e contradições na forma de funcionamento do Estado.

Offe sugere que há uma única estratégia global (reincorporação administrativa à forma-mercadoria) capaz de compatibilizar as determinações internas do Estado que assume várias estratégias individuais. A seletividade estrutural exprime a lógica por excelência da dominação, e parece estar livre dos efeitos contraditórios da luta de classes.

Enquanto isso, no contexto teórico no qual se move Poulantzas, o conceito de seletividade estrutural é teorizado em dois níveis distintos. No plano que estamos chamando estrutural, a seletividade diz respeito ao próprio conceito de Estado entendido como uma condensação material de uma relação de dominação de classes. Deste modo, Poulantzas desloca o conceito offeano para o terreno da constituição do conceito de Estado Capitalista. A seletividade estrutural é produzida e exprime a divisão e a dominação de classes enraizadas nas relações de produção capitalistas. Aqui o conceito de seletividade estrutural é remetido à própria materialidade do Estado Capitalista. Neste plano, ela encontraria sua explicação na natureza específica das relações de produção capitalistas.

No plano do funcionamento concreto do aparelho de estado, as políticas de Estado são resultantes da ação de mecanismos de seletividade estrutural que refletem diretamente as contradições de classes. Diz, explicitamente, que as contradições internas do Estado são decisivas para explicar a formulação das políticas do Estado a favor das classes dominantes. Fala que a seletividade expressa a presença das classes e da dominação no seio do Estado.

Poulantzas associa a seletividade estrutural à dinâmica interna, contraditória, dos vários ramos e aparelhos do sistema estatal. Estes são sedes de poder de classe. Nas palavras do autor:

Cada ramo ou aparelho de Estado, cada face, dealto a baixo, de cada um deles (pois eles são muitas vezes, sob sua unidade centralizada, desdobrados e obscurecidos), cada patamar de cada um deles constituem, muitas vezes, a sede do poder e o representante privilegiado desta ou daquela fração de bloco no poder ou de uma aliança conflitual de algumas dessas frações contra as outras [...] (POULANTZAS, 1980a: 152-3).

A seletividade estrutural é pensada no EPS simultaneamente como uma característica estrutural inscrita na materialidade do Estado, e um conjunto de mecanismos de exclusão/organização que exprimiriam o funcionamento

contraditório do Estado. Neste caso, ela exprimiria o caráter contraditório e conflitivo da dinâmica interna do aparelho de Estado. Enquanto, para Offe a seletividade exprime a “racionalidade” do Estado Capitalista, como sistema de dominação de classe.

Estas diferenças assinaladas acima, entre o emprego de seletividade estrutural na obra de Offe e Poulantzas, nos levam a formular a hipótese de que há uma inconsistência interna na tentativa poulantziana de assimilar a noção de seletividade estrutural, vinculada ao dualismo não resolvido entre estrutura e práticas presente também em EPS.

Parece-nos problemática a tentativa de compatibilizar a concepção do Estado como campo estratégico de luta e como condensação material de relações de força, constitutivamente atravessados pelas contradições de classe, e a idéia de mecanismos internos à estrutura estatal que selecionam políticas de classe. A inconsistência da formulação poulantziana está na falta de integração teórica entre as determinações estruturais e os determinantes que operam no nível das práticas de classe. Assim, parecem coexistir duas proposições conflitivas no EPS: ou bem o Estado tem uma lógica interna própria que lhe permite selecionar/excluir interesses e políticas, graças à autonomia que goza em relação ao campo da luta de classes; ou bem o Estado é um espaço de luta, dotado de uma materialidade de classe, mas cuja política resulta da microfísica do poder, ou seja, é em boa medida resultado da luta interna aos aparelhos (“as sedes de poder de classe”). A observação de Poulantzas de que é o jogo das contradições inscritas na materialidade do Estado que lhe permite desempenhar as suas funções de organizador da dominação de classe, ao nosso ver longe de ser uma resposta convincente exprime a referida inconsistência.

Esta pode ser sintetizada da seguinte forma: há a convivência de duas hipóteses contraditórias em EPS. Uma que fala da existência de seletividade estrutural enraizada nas relações de produção que seria responsável pelo caráter de classe das políticas. Outra que diz ser a luta de classes o espaço da contingência, do enfrentamento das diversas estratégias de classe responsáveis pela natureza classista do Estado. A exemplo de outros conceitos presentes em EPS, o dualismo não resolvido entre estrutura e práticas torna a tentativa de Poulantzas de assimilar a seletividade estrutural ao seu arcabouço uma tarefa inconclusa. Não é por acaso, como observa Jessop (1985), que ele não dá uma resposta satisfatória à questão da

relação entre o caráter caótico das políticas do Estado no curto-prazo e a macro-necessidade das mesmas servirem aos interesses da fração hegemônica no longo prazo.

Para Jessop, Poulantzas adota o conceito de seletividade estrutural sem elaborá-lo e ao longo da análise desloca-se para a incorporação de conceitos foucaultianos, sem abandonar totalmente o elaborado por Offe.

No entanto, nos parece importante frisar que a formulação de Poulantzas tem o mérito de abrir um maior espaço para a luta política, para a ação dos atores políticos, ou seja, para a contingência e incerteza presentes nos processos políticos.

De alguma maneira, na persistência do dualismo na obra de Poulantzas, que atinge o seu ponto culminante em EPS, reaparecem velhas questões que acompanham a história política e intelectual do marxismo; as tensas e não resolvidas relações entre estruturas e dinâmica política de classes, entre história e estrutura, as quais são, ao mesmo tempo, limitações com as quais o pensamento marxista se defronta e fonte de esforços inovadores, que o último livro de Poulantzas espelha de maneira clara.

3. BOB JESSOP E A ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Bob Jessop toma como seu ponto de partida a concepção poulantziana do Estado como condensação de uma relação social. Ele entende, entretanto, que Poulantzas não levou às últimas conseqüências os “insights” inovadores da análise relacional desenvolvida em EPS.

Ao se afastar do estruturalismo althusseriano, assimilando a noção de “seletividade estrutural” e parte das concepções de Foucault sobre poder e estratégia, Poulantzas passou a tratar o Estado como a cristalização de estratégias políticas. Neste sentido, ele se moveu em direção a uma abordagem teórico-estratégica do Estado.

No entanto, para Jessop, as afirmações de Poulantzas sobre a inscrição de estratégias conflitantes no interior do Estado, são, em geral, ultrapassadas por uma ênfase maior na simples reprodução das contradições de classe. Além disso, Poulantzas negligencia o fato de que estas contradições de classe só podem ser compreendidas através de conceitos estratégicos.

A intenção do autor que estamos considerando é, então, a de aproveitar os “insights” de Poulantzas na sua abordagem relacional do Estado, procurando superar sua tendência ao essencialismo e ao reducionismo de classe e encontrar soluções aos problemas que ele não conseguiu resolver.

Segundo Jessop, é a noção de estratégia que vai lhe permitir ir além de Poulantzas. Ele insiste na necessidade de conceitos estratégicos (que incluem fenômenos como a polarização e a aliança de classe, noções como as de “bloco no poder” e “povo”) para realizar a articulação e a mediação entre o nível abstrato da determinação estrutural e o das modalidades concretas da luta de classes em conjunturas específicas. Apesar desta insistência, em nenhum momento deste livro ele explica claramente em que consistem exatamente estes conceitos estratégicos.

3.1 A lógica do capital e a teoria das classes

Na tentativa de construir seu “approach” teórico-estratégico, Jessop vai criticar a dicotomia existente na teoria marxista entre a abordagem da lógica do capital e a das classes. Para a primeira, o Estado Capitalista é o suporte político das necessidades imperativas da acumulação de capital. A forma do Estado corresponde ao estágio do desenvolvimento das relações de produção e suas funções correspondem às necessidades correntes da dominação da classe burguesa. Os teóricos desta corrente assumem que há apenas uma lógica do capital em qualquer estágio do desenvolvimento capitalista.

Para os teóricos das classes, a forma e as funções do Estado Capitalista refletem a correlação de forças instável entre as classes em luta. Mas, como enfatiza Jessop, esta abordagem não dá a devida importância à relação dialética entre os interesses econômicos corporativos e os interesses gerais do capital ou da classe operária, pois focaliza as lutas específicas sem considerar suas implicações para a reprodução global do sistema.

Jessop considera um falso dilema a opção entre enfatizar a lógica abstrata do capital, com suas “leis de ferro” do movimento, ou as modalidades concretas da luta de classes, tomadas empiricamente, sem explicar como esta luta tende mais a reproduzir o capitalismo do que a provocar um colapso para a barbárie ou a transição para o socialismo.

No seu entender, os conceitos estratégicos permitem fazer a mediação entre estes dois modos de análise. Eles devem ser usados para dissolver as leis do movimento e as necessidades do capital, definidos em termos abstratos e essencializados, em “uma série de lógicas do capital mais concretas, concorrentes e contingentes”. Eles devem também ser usados para focalizar a luta de classes, nas suas modalidades concretas, de modo a não desconsiderar a forma em favor do conteúdo. As formas da luta de classes (sindicatos, partidos, etc.) representando, na concepção deste autor, a cristalização de diferentes estratégias de classe - o que significa que estas formas se reproduzem na e através da luta de classes - garantem a compatibilidade destas lutas com a reprodução da dominação burguesa.

Além disso, Jessop salienta a necessidade de ir além das lutas específicas para ver como os interesses particulares são hegemônicos por uma perspectiva ou programa nacional-popular. Considera que, como existem diferentes lógicas do capital, podem existir também distintos projetos hegemônicos alternativos.

A sugestão deste autor é de que as lógicas alternativas do capital sejam entendidas como estratégias de acumulação concorrentes e que o campo da luta de classes seja analisado em termos de projetos hegemônicos concorrentes. Entende, contudo, que nos dois casos é fundamental a adoção de uma perspectiva dual que inclua a determinação estrutural e as posições de classe. Esta perspectiva dual implica o entendimento do momento da determinação estrutural como a “cristalização ou condensação material de estratégias passadas (tanto bem quanto mal sucedidas)”. Isto significa que são as estratégias, vitoriosas ou não, materializadas em organizações, forças e táticas específicas que, ao longo do tempo, vão se constituir em estrangimento estrutural das posições e lutas de classe. Em outros termos, significa dizer que a determinação estrutural tem natureza histórica, que o próprio parâmetro estrutural não está dado, mais vai se modificando e se conformando através de um processo cumulativo que expressa o embate entre estratégias e lutas ao longo do tempo.

Neste sentido, esta perspectiva implica, também, em relacionar as posições de classe (estratégias de classe) “com os estrangimentos impostos pelas formas de dominação de classe tanto quanto pela correlação de forças”. (JESSOP, 1985:345).

3.2 *Dominação de classe e hegemonia de classe*

Jessop critica Poulantzas por ele não ter distinguido adequadamente entre dominação e hegemonia de classe. Em EPS, a hegemonia é tratada em termos da forma organizacional do Estado, ou seja, mais como um sistema de dominação política de classe do que em termos de liderança e de um projeto político global.

Jessop considera essencial diferenciar entre hegemonia e dominação de classe em todos os campos das relações de classe, que para ele, são três: o econômico, o político e o ideológico. Fazer esta distinção implica definir formas específicas de hegemonia em cada um destes campos e levar em consideração o modo como elas se relacionam com as formas de dominação de classe. Primeiramente, ele vai, então, definir a dominação econômica, a dominação política e a dominação ideológica.

A primeira existe na medida em que o capital detém a capacidade estruturalmente mediada de impor a forma valor ao operariado. Significa que a reprodução ampliada das relações capitalistas é estruturalmente mediada pela dominância de variantes da forma valor como: mercadoria, dinheiro, salário e preço, mas depende também “das estratégias e táticas específicas adotadas nas lutas econômicas ou economicamente relevantes de classe que ocorrem no interior da estrutura da forma-valor e da lei do valor” (JESSOP, 1985:346).

A segunda significa que diversas forças políticas atuam no terreno de uma determinada forma estatal, para garantir as pré-condições políticas da acumulação de capital. A dominação burguesa não requer que a classe governante seja recrutada na própria burguesia. Estas posições podem ser ocupadas por forças não capitalistas ou por categorias sociais sem pertencimento imediato de classe (“state managers”). Tais forças e categorias podem, no curto prazo, estabelecer a dominação política conforme seus interesses e em detrimento do capital, situação cuja persistência vai depender da natureza e grau da determinação estrutural da hegemonia burguesa inscrita no sistema estatal.

A terceira implica que diferentes forças morais e intelectuais criem as condições ideológicas necessárias para a acumulação de capital. Ela significa, no mínimo, a habilidade de manter a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Nos três casos, a dominação deve ser entendida como uma forma determinada de correlação de forças entre as classes que são condizentes com a

reprodução ampliada das relações capitalistas. Neste sentido, a dominação de classe só pode ser estabelecida *ex-post*, pois ela diz respeito aos efeitos de formas estruturais específicas e à sua sobredeterminação pela luta de classes.

Segundo Jessop, apesar de ter sido sensível às mudanças nas formas de Estado e de regime, Poulantzas não relacionou dominação de classe com estratégias de classe, através das quais os interesses de classe são definidos. Ele também não teria reconhecido, de acordo com este autor, que “a luta de classes deveria ser entendida, em primeira instância, em termos do impacto diferencial nas relações de classe da interação entre várias forças com relevância de classe” (JESSOP, 1985:347). Contudo, Jessop concorda com Poulantzas que é necessário considerar a função do Estado, pois é no e através do Estado que a hegemonia “global” deve ser assegurada. Isto significa, segundo ele, que dentre os diferentes campos da luta de classes é a luta política que detém o papel fundamental.

Jessop enfatiza que a dominação de classe não implica necessariamente na existência da hegemonia e distingue esta última nos 3 campos da luta de classes. A hegemonia econômica é entendida como a formulação de uma estratégia de acumulação que define um modelo de crescimento econômico e traça a estratégia geral adequada à sua realização. Para ser bem sucedida, esta estratégia deve unificar os diferentes momentos do circuito do capital sob a liderança de uma de suas frações. Esta fração vai ser hegemônica na medida em que o modelo de crescimento contemplar os interesses econômico-corporativos de outras frações do capital e for capaz de assegurar seus próprios interesses de longo prazo, ao controlar a alocação de recursos para as diferentes atividades econômicas.

Para se tornar orgânica, e também hegemônica, a estratégia de acumulação deve levar em conta a forma dominante do circuito e da internacionalização do capital, a conjuntura internacional, a correlação de forças no país e no exterior e o potencial produtivo da economia doméstica e de suas subsidiárias no exterior, bem como a margem de manobra que ela possibilita. Dentro destes limites, é possível a formulação de diversas estratégias econômicas com implicações diferenciadas para distintas frações e classes dominadas.

A hegemonia política é pensada como envolvendo a formulação de um projeto nacional-popular que deveria assegurar a unidade institucional substantiva do Estado - pois a sua unidade formal não garante sua coesão organizacional e sua reprodução - e constituir esta unidade substantiva com uma unidade de classe

definida, pois unidade institucional não é necessariamente unidade de classe.

Jessop chama atenção também para o fato de que a forma institucional do Estado cria obstáculos para o desempenho de suas funções a favor do capital. A externalidade das instituições estatais em relação às relações de produção é necessária para manter as condições econômicas, políticas e ideológicas da acumulação, mas não é condição suficiente, constituindo uma fonte de problemas.

A questão que se coloca para ele, então, é como o Estado garante a acumulação de capital? Ou, em outros termos, dada a forma institucional do Estado capitalista, neutra quanto às classes, de onde viria o pertencimento de classe das forças políticas?.

Para Jessop, afirmar a inevitável seletividade estrutural das instituições estatais não significa dizer que ela constitui uma seletividade de classe. As funções do Estado que são problematizadas pela sua forma institucional devem, na sua opinião, ser relacionadas às lutas políticas globais que procuram impregnar o Estado com um conteúdo de classe específico.

A hegemonia definida no campo ideológico implica um projeto nacional-popular que articula elementos ideológicos pertencentes a diferentes forças sociais, num conjunto ideológico relativamente unificado e, ao mesmo tempo, reproduz a divisão entre trabalho manual e intelectual de forma favorável à fração hegemônica.

Jessop afirma que definiu cada tipo de hegemonia em termos análogos aos de Gramsci. No entanto, ao distinguir a hegemonia e a dominação nos campos econômico, político e ideológico, Jessop se afasta tanto de Gramsci - para quem uma tal distinção seria estranha - quanto do Poulantzas de EPS. Em relação a Poulantzas, a insistência de Jessop na necessidade de reconhecer os diferentes campos da luta de classes e considerar os problemas envolvidos na sua articulação, representa um retrocesso. Ela se aproxima da distinção feita em PPCS entre os níveis regionais de um modo de produção e entre as lutas econômicas, políticas e ideológicas. Separação esta criticada pelo próprio Poulantzas por representar uma relação de exterioridade entre os três níveis regionais e, portanto, entre os três campos da luta de classes.

Um dos avanços teóricos mais significativos presentes em EPS - que Jessop parece não incorporar - consiste, exatamente, na ideia incompatível com esta distinção entre a hegemonia (e a dominação) econômica, política e ideológica,

de que as relações políticas e ideológicas estão constitutivamente presentes nas relações de produção e de que estas, enquanto processo de produção e exploração, constituem, ao mesmo tempo, um processo de reprodução da relação de dominação/subordinação política e ideológica. Assim, se as relações de produção se constituem também enquanto relações políticas e ideológicas, esta concepção é incompatível com a compartimentalização da dominação (e da hegemonia) de classe em dominação econômica, política e ideológica.

3.3 Micropolíticas e estratégia global

A preocupação de Jessop com a hegemonia enquanto “momento” distinto da dominação de classe, e sua concepção de que o campo da luta de classe deve ser visto em termos de projetos hegemônicos concorrentes, constituem pontos positivos no seu esforço de superar a negligência poulantziana quanto a esta questão.

Sua preocupação com a hegemonia se relaciona também com outra questão: a da relação entre a diversidade das micropolíticas e a política global do Estado. Para ele, sem as tentativas de construir uma “vontade geral” através de projetos de hegemonia mais inclusivos, a política do Estado - entendida a partir do embate entre diferentes táticas e estratégias específicas - seria caracterizada por uma “prodigiosa incoerência”.

Isto não significa que Jessop defenda a existência de uma estratégia global de dominação ou hegemonia, abarcando todas as relações sociais. Neste ponto, ele discorda de Foucault e Poulantzas que defendem a existência de um processo de cálculo estratégico global, sem um sujeito calculador.

Para Jessop, a noção de estratégia global pressupõe um espaço social específico no interior do qual a estratégia opera. Ora, o desenvolvimento das relações econômicas, políticas e ideológicas mostra que não há um espaço homogêneo no qual as estratégias podem operar.

Neste sentido, é possível dizer que “qualquer formação social é um produto tendencial de estratégias conflitantes de unificação em tomo de diferentes limites sociais” (JESSOP, 1985:355).

A estratégia global é, então, vista por este autor como uma estratégia que procura abarcar e articular no interior de sua órbita um número determinado de lugares de microrelações de poder. Estes lugares, contudo, mantêm uma existência independente (autonomia relativa) e continuam sendo “lugares potenciais de recalitrância estrutural ou resistência social à estratégia global”.

Como reproduzem diferentes microlugares, os lugares globais onde estas estratégias operam vão também ser diferentes. Neste sentido, a noção de “global” deve ser relativizada: uma estratégia pode ser dita global apenas em relação com os micropoderes que ela articula e, por sua vez, pode constituir um “lugar menor” para outra estratégia mais ambiciosa. Isto significa que não há uma macronecessidade nas relações sociais, mas tentativas de constituir contingencialmente um sistema global em relação com diferentes conjuntos de microrrelações de poder.

Para Jessop há, portanto, uma pluralidade de possíveis estratégias globais dentro das estruturas do Estado nacional; estratégias estas que condensam e transformam distintos conjuntos de conflitos e contradições no e através do Estado. O caráter preciso deste Estado, seus limites sociais, sua capacidade e dinâmica vão diferir, então, de acordo com a estratégia global que se tornar dominante.

Jessop enfatiza, ainda, que cada estratégia global alternativa comporta uma variedade de táticas que são fundamentais para flexibilizar sua implementação frente a dilemas e contradições. Como as diferentes táticas têm efeitos distintos sobre as diferentes forças sociais, sua variedade é essencial para garantir o equilíbrio instável de compromisso de que depende a acumulação, o poder político e a influência ideológica.

Além disto, a flexibilidade tática cria margem de manobra para as classes dominadas lutarem por seus interesses econômico-corporativos. Isto pode ameaçar a implementação da estratégia dominante ou, se estes interesses forem perseguidos no interior dos limites da estratégia dominante, contribuir para o equilíbrio de compromisso.

Em resumo, a abordagem teórico-estratégica, como Jessop a expôs, se refere a estratégias reais, cálculos e sujeitos calculadores. Ela nega que uma única estratégia global possa penetrar e unificar um conjunto de relações sociais de modo essencialista e afirma a existência de estratégias globais, relativas, contingentes e parciais. Rejeita a ideia de “um sujeito calculador global”, que investe a formação social com sua própria unidade, mas considera sem sentido falar de estratégias sem

sujeitos. Considera que o cálculo e as estratégias podem ser equivocados ou mal sucedidos e que é necessário distinguir entre estratégias “orgânicas” com alguma possibilidade de sucesso e as que são “arbitrárias, racionalistas e voluntaristas”. Entende também que as estratégias não se reduzem a ideias e objetivos, mas devem ser vistas “em termos da sua materialização em organizações específicas, forças, táticas, concessões e tudo que isto implica para a sua determinação estrutural e suportes materiais” (JESSOP, 1985:358). Afirma, além disso, que as estratégias sozinhas não podem assegurar o poder político, econômico e ideológico. Outros fatores enraizados nas propriedades estruturais das relações sociais devem também ser levados em conta. Dentre esses fatores ele menciona as forças do mercado e a lei do valor, a natureza do “Estado-fiscal” como um constrangimento sobre o poder político, a lógica de diferentes sistemas eleitorais como constrangimento sobre a competição partidária, as formas da divisão entre trabalho manual e intelectual.

Finalmente, no que se refere à relação entre estruturas e estratégias, Jessop salienta que a efetividade das estratégias depende da sua capacidade de adaptação à margem de manobra presente nas estruturas prevaletentes, assim como de sua repercussão sobre a correlação de forças. É através da exploração desta margem de manobra que a correlação de forças e as estruturas podem ser modificadas no médio e no longo prazo.

Neste sentido é que Jessop insiste na abordagem relacional e conjuntural do capital e do Estado, bem como no caráter relacional e conjuntural da própria correlação de forças. Entende que esta abordagem se aplica também à análise das estruturas, pois para ele não há uma diferença ontológica entre os condicionantes estruturais e o campo da contingência, no qual operam estratégias específicas. As estruturas são concebidas “tanto como a cristalização das estratégias passadas, quanto como o produto de propriedades emergentes da interação social” (JESSOP, 1985:359). Seu poder condicionante vai depender das estratégias adotadas em relação a elas.

Nestes termos, concebendo a realidade social como um produto da dialética entre estruturas e práticas, Jessop acredita ter ido além de Poulantzas, dando a melhor interpretação para sua abordagem do Estado como relação social e como campo estratégico, e superando alguns dos problemas que ele deixou sem solução.

4. CONCLUSÃO

A nova abordagem desenvolvida por Poulantzas em EPS representa, sem dúvida, um avanço em relação ao estruturalismo de seus trabalhos anteriores, principalmente por romper com a visão do Estado como exterior às classes e às relações de produção, e com a relação de exterioridade e o dualismo entre estruturas e práticas de classe, que caracterizavam estes trabalhos. A concepção estruturalista, implicando no primado das estruturas sobre as práticas, impedia a percepção da transformação histórica, na medida em que a luta de classes não intervinha, de fato, nas estruturas, detendo um papel meramente secundário ou mesmo inexistente.

A abordagem relacional desenvolvida por Poulantzas no seu último livro, ao estabelecer a primazia das lutas sobre os aparelhos e instituições coloca, entretanto, novos problemas. Para Laclau (1983), nesta abordagem o campo da determinação estrutural foi reduzido na medida em que a luta de classes passou a deter uma centralidade crescente. O abandono do estruturalismo, no trabalho de Poulantzas, levou à tendência de que o voluntarismo das classes ocupasse a totalidade do espaço social.

No seu entender, a situação de indeterminação é ainda reforçada em EPS, pela ambiguidade que têm, neste texto, os conceitos do “econômico” e do “político”.

Bob Jessop vai, por sua vez criticar o reducionismo de classe e os resquícios estruturalistas que ele identifica como persistentes no último texto de Poulantzas, bem como o fato deste não ter desenvolvido a contento sua abordagem estratégica do Estado. Em decorrência disto, Jessop discute um conjunto de problemas não solucionados por Poulantzas no que se refere à autonomia e à unidade do Estado e à relação entre microcontingência e macronecessidade.

Jessop identifica um dualismo em PPCS, que persiste em EPS. Este dualismo diz respeito ao fato de Poulantzas pretender incluir na sua análise um elemento de contingência e, ao mesmo tempo, afirmar que, no longo prazo, o Estado só pode reproduzir a dominação burguesa. Considerando que, em EPS Poulantzas enfatiza a primazia da luta de classes no desenvolvimento histórico, Jessop se pergunta

se este enfoque permite a superação da antinomia contingência/necessidade, ao relacionar formas institucionais e a luta de classe.

Nesse último livro, o autor afirma a incoerência e o caráter contraditório das várias políticas desenvolvidas no e pelo Estado, que refletem o fato das lutas e contradições de classe estarem nele inscritas de um modo específico, devido à sua seletividade estrutural. Ele insiste também que, em última instância, este jogo contraditório corresponde aos requisitos da dominação política da burguesia. Para Jessop, Poulantzas não foi capaz de explicar como esta “necessidade macroscópica” emerge da “diversidade microscópica”.

Procurando romper com a influência althusseriana, Poulantzas, segundo Jessop, abandonou a noção de causalidade estrutural e adotou a de “seletividade estrutural” do Estado, entendendo-a conforme a formulação de Claus Offe, como uma garantia inerente à dominação política de classe. Além disso, sem abandonar totalmente a idéia de seletividade estrutural incorporou as ideias foucaultianas sobre poder e estratégia. Em consequência, sua solução para aquele problema parece depender “da metáfora de um paralelogramo de forças e/ou da seletividade estrutural inerente ao próprio Estado”.

Jessop entende, ainda, que Poulantzas não foi capaz de demonstrar em que consiste realmente a seletividade estrutural e que ela é uma seletividade de classe. Nesta medida, ele não foi também capaz de provar que a autonomia relativa do Estado de fato garante a dominação burguesa. Se ele tivesse fornecido esta prova, isto teria, segundo este autor, sérias consequências no conjunto de sua análise. Primeiro, porque como a hegemonia é supostamente garantida pela autonomia relativa, esta comprovação enfraqueceria o argumento de que uma crise de hegemonia possa ocorrer. Segundo, porque levaria a uma explicação teleológica - se se considera que é possível uma crise de hegemonia - da emergência dos Estados de exceção como meios para reconstituir a hegemonia burguesa.

No seu debate com Miliband, Poulantzas enfatizava a especificidade conjuntural da autonomia relativa. Este argumento, entretanto, não parece compatível com a afirmação do prevalectimento, no nível da macropolítica do Estado, dos interesses hegemônicos burgueses.

Na verdade, para Jessop, Poulantzas não conseguiu explicar como a autonomia relativa do Estado assegura a dominação burguesa, apesar das contingências da luta de classes.

Ele notou bem, diz este autor, a existência de relações complexas e conjunturais entre o Estado - considerado como um conjunto institucional - o pessoal do Estado e as classes sociais. Mas errou ao assumir que em algum lugar no Estado há algo que pode, de algum modo, garantir a dominação da classe burguesa. (JESSOP, 1985:136)

Jessop considera que Poulantzas não levou suficientemente a sério sua ideia de que o Estado é uma relação social, pois ela aponta para “uma análise conjuntural e detalhada da necessidade contingente da dominação política de classe (ou sua ausência) como a resultante complexa das formas de Estado e das forças de classe”.

Discutindo a noção de unidade do Estado, Jessop mostra que em EPS, ela tem os mesmos problemas que a noção de autonomia relativa. A afirmação de que as contradições de classe estão inscritas no Estado e, portanto, em seus aparelhos coloca em questão a unidade do Estado, na medida em que as contradições entre aparelhos ou entre níveis e setores de um mesmo aparelho têm um papel primordial no funcionamento do Estado.

De acordo ainda com esse autor, ao redefinir a noção de autonomia relativa como a soma de autonomias relativas de diferentes ramos ou aparelhos frente aos outros, Poulantzas redefine também a unidade institucional do Estado como a soma das unidades dos diversos aparelhos ou redes, vistas em termos de diferentes organizações e de suas diversas políticas. Esta redefinição torna problemática a unidade substantiva do Estado como oposta à unidade formal. Problematiza também a sua unidade de classe, ou a reduz a “um padrão particular e institucionalmente mediado de incoerência entre micropolíticas múltiplas, diversificadas e mutuamente contraditórias” (JESSOP, 1985:137).

Para Jessop, então, a insistência de Poulantzas na autonomia relativa e na unidade de classe do Estado é formal, porque relegada à última instância, ao longo prazo, à conclusão do processo. E como, segundo ele, “a hora solitária da última instância nunca chega, o longo prazo é apenas o agregado de uma série de curtos-prazos e o processo nunca é concluído, mas sempre renovado” (JESSOP, 1985:137).

Em suma, Bob Jessop pensa que Poulantzas não desenvolveu totalmente as implicações de sua abordagem relacional. Isto se refletiria no uso de conceitos estruturalistas para servir aos propósitos de sua nova abordagem e na permanência de certos resíduos estruturalistas.

Apesar da ênfase no primado da luta de classes sobre os aparelhos e instituições, Poulantzas, segundo esse autor, acaba resvalando para uma sofisticada posição instrumentalista e/ou para uma visão teleológica da seletividade das estruturas do Estado. Ainda segundo ele, apesar de ter priorizado o papel da macropolítica do Estado, em contraste com Foucault que priorizava as micropolíticas, Poulantzas não conseguiu explicar a necessidade da estratégia global do Capital. Sua incapacidade de dar uma resposta para a questão da relação entre macronecessidade e microcontingência é um reflexo da sua dificuldade em abandonar princípios fundamentais do marxismo, como a determinação do econômico em última instância e a primazia da luta de classes. É igualmente um reflexo da sua relutância “em aceitar totalmente a contingência do poder de classe e sua dependência das modalidades complexas da luta de classes tanto quanto o terreno estratégico constituído pelo Estado” (JESSOP, 1985:146).

A tese da “convergência” entre as posições de Offe e Poulantzas, explícita no EPS, é, ao nosso ver, limitada. Ela significa uma aproximação de Poulantzas a uma das preocupações de Offe: demonstrar que as normas de operação do Estado têm, em si, uma natureza de classe. Entretanto, o encaminhamento da resposta em ambos é diferente. Esta diferença está associada às concepções dos autores sobre o que é o Estado Capitalista. Enquanto para Offe, o Estado é um sistema de dominação dotado de uma lógica própria (“sistêmica”), que mantém relações de complementariedade e dependência frente à acumulação capitalista, para Poulantzas o Estado é uma condensação material de relações de força e um campo estratégico de luta política, no qual as classes são um elemento constitutivo.

A noção de seletividade estrutural para Offe é expressão da “racionalidade” do Estado, responsável por sua capacidade de defender e organizar os interesses de classe do capital. Esta racionalidade do Estado quer dizer o seguinte: ele possui intrinsecamente um conjunto de regras positivas e negativas que lhe permite formular e decantar os interesses globais do capital, a partir das suas múltiplas manifestações contingentes e conflitantes. Ela se ajusta ao conceito de Estado visto como instituição de dominação que opera por critérios de autorreprodução e em referência ao processo de acumulação capitalista. Já em Poulantzas, a seletividade é expressão das contradições de classe, não tendo nenhuma racionalidade sistêmica. A seletividade traz a marca da natureza contraditória das relações de classe no capitalismo.

A nossa hipótese é que há uma inconsistência entre a concepção de Poulantzas sobre o Estado e a sua tentativa de incorporar o conceito de seletividade estrutural. Há uma convivência problemática entre a tese da seletividade estrutural (como assegurando o caráter de classe do Estado) e uma outra que enfatiza o papel da luta de classes e das contradições na determinação das políticas de Estado.

A esse respeito, a posição de Jessop é de que o conceito de seletividade estrutural pouco contribui para o entendimento do funcionamento do Estado Capitalista. Apesar de não desenvolver uma crítica sistemática a este conceito, insinua que o mesmo ignora o papel dos conflitos de classe e da contingência, na determinação da dominação, da hegemonia e das próprias políticas do Estado.

Na tentativa de resolver as inconsistências que ele identifica na abordagem relacional de Poulantzas, Jessop parece levar às últimas consequências a abordagem do Estado como campo estratégico. Isto implica enfatizar a necessidade de realizar uma análise contingente do Estado e da sua política e na afirmação da inexistência de um projeto global racionalizador de classe.

Jessop descarta, então, a possibilidade de que as classes elaborem projetos hegemônicos globais, (ou seja, de que existam macroestratégias de classe) o que equivale dizer, se quisermos pensar por oposição, que o conceito gramsciano de “Bloco Histórico” não tem sentido para este autor. Em decorrência, ele desloca o foco de suas preocupações da identificação dos mecanismos estruturais da hegemonia para o campo contingente, da luta entre estratégias, que tem sempre alcance limitado.

A alternativa proposta por ele é então, a de pensar a luta de classes como enfrentamento entre estratégias de classe e ou projetos hegemônicos parciais referidos aos distintos campos das relações de classe. No entanto, ao operar este tipo de segmentação da análise, Jessop, aparentemente, parece recuar a uma visão mais próxima do primeiro livro de Poulantzas ao insinuar uma certa relação de exterioridade entre os diversos campos das relações sociais.

Esta segmentação parece injustificada dada a indiscutível imbricação entre as diferentes dimensões das relações sociais e das estratégias de classe. Imbricação esta, que além de reconhecida por autores filiados às mais diversas correntes teóricas, pode ser identificada no fato, por exemplo, de que diferentes estratégias de acumulação não estão isentas de uma dimensão política e de uma dimensão ideológica, do mesmo modo como distintos projetos políticos só são possíveis

porque articulam diferentes conjuntos de elementos ideológicos e na maioria dos casos explicitam diferentes propostas de política econômica.

No nosso entender, seria mais adequado à linha de argumentação de Jessop pensar a luta de classes não como enfrentamento de estratégias segmentadas que atuariam em cada dimensão da sociedade, mas como o enfrentamento entre estratégias e projetos que são, ao mesmo tempo, econômicos, políticos e ideológicos e que possuem diferentes graus de abrangência. Afinal, há sempre o perigo de transformar uma distinção analítica numa distinção ontológica.

Bibliografia

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOLD, David A; LO, Clarence Y. H; e WHIGHT, Erik Olin (1985). Recientes desarrollos en la teoria marxista del estado capitalista. In: SONNTANG, Heintz Rudolf; VALLECILOS, Hector. *El estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo Veintiuno.

JESSOP, B. *Nicos Poulantzas - Marxist Theory and Political Strategy*. London: Macmillan Publishers, 1985.

LACLAU, E. Teorias Marxistas del Estado Capitalista: debates y perspectivas. In: LECHNER, Norberto (org). *Estado y Política en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1983.

MACHADO, R., (1979) "Introdução", in Foucault, M., *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal.

OFFE, Claus e RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, N. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980a.

— . *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1980b.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio L. Negro e Sérgio Silva (orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.